



2024

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro

Andrade Gutierrez S.A.

Informações Financeiras Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

CONTEÚDO

- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração de Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

Newton Brandão
Diretor de Controladoria
newton.brandao@agnet.com.br

Phillip Lima
Gerente de Contabilidade
Phillip.lima@agnet.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	8
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	9
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO	16
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	17
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	18
7. ESTOQUES	19
8. IMPOSTOS A RECUPERAR	19
9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS	20
10. ATIVOS MANTIDO PARA VENDA	20
11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS	21
12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	23
13. IMOBILIZADO.....	24
14. ATIVO INTANGÍVEL	26
15. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	27
16. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS	30
17. DEBÊNTURES	30
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	32
19. PARTES RELACIONADAS.....	35
20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	37
21. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES.....	37
22. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	39
23. OUTROS PASSIVOS.....	42
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
25. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS.....	43
26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA.....	45
27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	46
28. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	46
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	47
30. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA	52
31. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	53

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos: Conselheiros e diretores da
Andrade Gutierrez S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Andrade Gutierrez S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Andrade Gutierrez S.A., em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalvas

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 5 e 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a investida indireta, Andrade Gutierrez Engenharia S.A, possui saldos de ativos, representados por: (1) recebíveis registrados em suas controladas do exterior, originários de projetos já executados, no valor de R\$83.188 mil (R\$54.904 mil, líquido dos efeitos tributários); e (2) saldos a receber, registrados como “Títulos e Valores Mobiliários”, em função de inclusão do título em Fundo de Direito Creditório, cuja origem é proveniente, substancialmente, de precatório emitido pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas, no valor de R\$470.000 mil (R\$432.400 mil líquido dos efeitos tributários) e, (3) na investida indireta AG Construções e Serviços S.A., recebíveis de longo prazo registrados, no valor de R\$284.719 mil (R\$187.915 mil líquido dos efeitos tributários). Para todos estes saldos, não existe expectativa de realização desde exercícios anteriores. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o total do ativo está apresentado a maior em R\$837.907 e o patrimônio líquido está apresentado a maior em R\$675.219 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 4.609.654 e capital circulante líquido negativo, no valor de R\$ 380.469, na controladora e de R\$ 744.028, negativo, no consolidado. Esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvidas relevantes quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Transações mantidas com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 19, nas demonstrações financeiras, a Companhia possui saldos relevantes a receber e a pagar mantidos com partes relacionadas, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas neste contexto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras da Andrade Gutierrez S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram auditadas por nós e emitimos o nosso relatório dos auditores em 30 de abril de 2024, com opinião com ressalva sobre essas demonstrações financeiras, relativas ao mesmo assunto descrito no parágrafo “Opinião com Ressalva”. Adicionalmente, o nosso relatório continha ênfases relacionadas a investida direta, AG Participações em Desenvolvimento Imobiliário S.A. e na investida indireta, AG Participações em Desenvolvimento Urbano S.A., relacionada a: (i) incerteza sobre continuidade operacional; e (ii) ênfases relacionadas à inadimplência de acionistas com garantias e Inadimplência do contas a receber com a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Alexandre Cardoso Freitas".

Alexandre Cardoso Freitas
CRC – MG-060.762/O-4

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	24	15	630.815	290.883
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	830.013	772.370
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	7.522	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	957.872	796.285
Créditos com partes relacionadas	19	-	-	955	69.094
Estoques	7	-	-	138.900	125.997
Despesas antecipadas		403	234	36.144	21.119
Impostos a recuperar	8	-	-	206.805	185.187
Adiantamentos diversos	9	4	-	211.809	164.681
Dividendos a receber		-	-	-	36.945
Outros ativos circulantes		4.054	2.810	55.090	56.290
		4.485	3.059	3.075.925	2.518.851
Ativos mantidos para venda	10	-	-	58.993	-
Total do ativo circulante		4.485	3.059	3.134.918	2.518.851
Não circulante					
Ativo realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	-	895.243	775.164
Créditos com partes relacionadas	19	472.165	429.260	290.867	510.499
Depósitos judiciais e cauções	21	76	69	41.929	63.951
Tributos sobre o lucro	22	-	-	1.286.409	1.112.119
Impostos a recuperar	8	1.640	1.640	141.148	135.313
Outros ativos realizáveis a longo prazo		-	-	77.316	83.707
Total do realizável a longo prazo		473.881	430.969	2.732.912	2.680.753
Investimentos	11	609.809	500.610	216.490	232.032
Propriedades para investimento	12	-	-	14.759	86.269
Imobilizado	13	1.035	1.174	294.472	273.277
Intangível	14	-	-	82.355	66.303
Direitos de uso de arrendamentos	15	-	-	52.397	48.146
		1.084.725	932.753	3.393.385	3.386.780
Total do ativo		1.089.210	935.812	6.528.303	5.905.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e subempreiteiros	16	5.642	1.727	1.176.404	922.428
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação	16	-	-	20.070	14.953
Debêntures a pagar	17	204.213	-	272.680	74.647
Empréstimos e financiamentos	18	160.792	-	812.393	385.936
Passivos de arrendamentos	15	-	-	18.410	15.764
Débitos com partes relacionadas	19	67	66	32.247	41.362
Adiantamentos de clientes		-	-	852.813	272.216
Salários, provisões e obrigações sociais		1.419	2.376	214.321	214.175
Impostos e contribuições a recolher	20	4.080	3.044	379.958	333.070
Dividendos a pagar		-	-	2.052	-
Outros passivos circulantes	23	8.741	6.979	97.598	218.345
Total do passivo circulante		384.954	14.192	3.878.946	2.492.896
Não circulante					
Debêntures a pagar	17	-	177.651	300.131	502.029
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	2.568.121	2.449.161
Passivos de arrendamentos	15	-	-	28.716	29.074
Débitos com partes relacionadas	19	2.378.825	1.825.749	702.463	708.694
Impostos e contribuições a recolher	20	8.049	5.202	574.828	553.768
Tributos sobre o lucro	22	-	-	1.460	1.194
Adiantamentos de clientes		-	-	527.898	591.429
Provisões para risco	21	-	-	359.245	317.769
Provisão para perdas em investimentos	11	2.923.815	4.212.004	148.981	1.037.368
Outros passivos não circulantes	23	3.221	3.357	2.045.434	2.524.520
Total do passivo não circulante		5.313.910	6.223.963	7.257.277	8.715.006
Total do passivo		5.698.864	6.238.155	11.136.223	11.207.902
Patrimônio líquido	24				
Capital social		2.000	2.000	2.000	2.000
Reserva de capital		39.474	39.474	39.474	39.474
Resultados acumulados		(3.012.489)	(3.704.138)	(3.012.489)	(3.704.138)
Outros resultados abrangentes		(1.638.639)	(1.639.679)	(1.638.639)	(1.639.679)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		(4.609.654)	(5.302.343)	(4.609.654)	(5.302.343)
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.734	72
Total do patrimônio líquido		(4.609.654)	(5.302.343)	(4.607.920)	(5.302.271)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.089.210	935.812	6.528.303	5.905.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita de serviços prestados e vendas	25	-	-	2.897.385	2.855.778
Custos dos serviços prestados e das vendas	26	-	-	(2.491.487)	(2.276.426)
Lucro bruto		-	-	405.898	579.352
Receitas (Despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(25.898)	(30.309)	(580.945)	(634.156)
Resultado de equivalência patrimonial	11	1.252.190	(869.742)	889.273	(279.250)
Reversões de (provisões para) perdas e riscos, líquido		-	-	302	(34.893)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquido		403	-	(29.555)	(19.161)
		1.226.695	(900.051)	279.075	(967.460)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		1.226.695	(900.051)	684.973	(388.108)
Resultado financeiro, líquido	27	(535.046)	(84.299)	(698.967)	(553.599)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		691.649	(984.350)	(13.994)	(941.707)
Tributos sobre o lucro					
Corrente	22	-	-	(32.889)	(43.157)
Diferido		-	-	745.641	508
		-	-	712.752	(42.649)
Resultado líquido do exercício		691.649	(984.350)	698.758	(984.356)
Participação dos acionistas controladores		691.649	(984.350)	691.649	(984.350)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	7.109	(6)
Resultado básico por ação atribuído aos acionistas:					
Ação ordinária - em R\$	28	345,8245	(492,1725)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	691.649	(984.350)	698.758	(984.356)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado de forma reflexa				
Ajustes acumulados de conversão dos investimentos	322.437	7.431	322.437	7.431
Variações cambiais sobre os saldos de investimentos líquidos no exterior	(392.680)	112.116	(392.680)	112.116
IR e CSLL sobre as variações cambiais de investimentos no exterior	133.511	(38.120)	133.511	(38.120)
Variação de participação em investida	400	(10.307)	400	(10.307)
Outros resultado abrangentes reflexos	(1.530)	725	(1.602)	719
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado de controladas diretas				
Ajustes acumulados de conversão dos investimentos	(61.098)	11.619	(61.098)	11.619
	1.040	83.464	968	83.458
Total do resultado abrangente	692.689	(900.886)	699.726	(900.898)
Participação dos acionistas controladores	692.689	(900.886)	692.689	(900.886)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	7.037	(12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reserva de capital	Resultados acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.000	39.474	(2.719.788)	(1.723.143)	(4.401.457)	84	(4.401.373)
Resultado líquido do exercício	-	-	(984.350)	-	(984.350)	(6)	(984.356)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	83.464	83.464	(6)	83.458
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.000	39.474	(3.704.138)	(1.639.679)	(5.302.343)	72	(5.302.271)
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	1.500	1.500
(Redução) de capital	-	-	-	-	-	(450)	(450)
Resultado líquido do exercício	-	-	691.649	-	691.649	7.109	698.758
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.040	1.040	(72)	968
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(6.425)	(6.425)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.000	39.474	(3.012.489)	(1.638.639)	(4.609.654)	1.734	(4.607.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Resultado líquido do exercício		691.649	(984.350)	698.758	(984.356)
Ajustes para reconciliar o resultado líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	26	148	147	89.031	99.483
Baixa na alienação de imobilizado		-	-	30.324	38.331
Impairment (reversão de impairment) de ativos		-	-	5.908	68.834
Juros de arrendamento, empréstimos, valor justo e variações cambiais líquidas		530.679	27.104	706.524	533.084
Equivalência patrimonial	11	(1.252.190)	869.742	(889.273)	279.250
Constituição de provisão para riscos, líquidas	21	-	-	3.229	29.163
Provisão para perda esperada de crédito, líquida	6	-	-	(3.531)	5.730
Tributos diferidos sobre o lucro		-	-	(745.641)	(508)
		(29.714)	(87.357)	(104.671)	69.011
(Aumento) redução dos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(304.843)	156.143
Adiantamentos diversos		(4)	20	(47.128)	(54.952)
Estoques		-	-	(19.679)	(39.288)
Impostos a recuperar		-	14	(43.232)	79.673
Depósitos judiciais e cauções		(7)	(1)	22.022	7.279
Despesas Antecipadas		(169)	6	(15.025)	54.497
Outros ativos		(1.244)	5	(23.448)	(38.405)
		(1.424)	44	(431.333)	164.947
Aumento (redução) dos passivos operacionais					
Fornecedores e subempreiteiros		3.915	1.085	259.093	(99.171)
Adiantamentos de clientes		-	-	517.066	(198.081)
Salários, provisões e obrigações sociais		(957)	1.913	146	75.807
Impostos a recolher		3.883	(4.412)	68.214	21.516
Outros passivos		1.626	7.066	185.076	329.622
		8.467	5.652	1.029.595	129.693
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		(22.671)	(81.661)	493.591	363.651
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Dividendos recebidos		-	-	57.662	18.700
Títulos e valores mobiliários		-	-	(57.643)	198.081
Aquisições de Investimento/Aumento de capital em investidas		-	-	(175)	(35.740)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(9)	(6)	(129.872)	(97.630)
Transações com empresas ligadas, líquido		22.689	80.092	128.124	(339.480)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		22.680	80.086	(1.904)	(256.069)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Captações	17 - 18	-	-	309.399	377.125
Pagamento de principal das obrigações de financiamentos	17 - 18	-	-	(266.057)	(332.410)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	17 - 18	-	-	(168.131)	(166.065)
Pagamento principal de passivos de arrendamentos	15	-	-	(23.525)	(18.403)
Pagamento de juros de arrendamentos	15	-	-	(2.597)	(1.398)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-	(150.911)	(141.151)
Ganhos resultantes de mudanças nas taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		-	-	(844)	1.050
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		9	(1.575)	339.932	(32.519)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15	1.590	290.883	323.402
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		24	15	630.815	290.883
Redução do saldo de caixa e equivalente de caixa		9	(1.575)	339.932	(32.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andrade Gutierrez S.A. (doravante referida como “Companhia”, “AGSA” ou “Grupo AG” em conjunto com suas controladas) é uma sociedade constituída em 1966, com sede na Avenida do Contorno, nº 8.123, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A Companhia atua como uma holding, cujo objetivo principal é a participação, direta ou indireta, no capital de empresas prestadoras de serviços de engenharia em geral e operadoras de concessões de serviços públicos.

A AGSA tem como funções centrais a definição de estratégias corporativas e o monitoramento de resultados das suas próprias operações e das empresas investidas. Em 31 de dezembro de 2024, os investimentos da Companhia estavam organizados em três segmentos operacionais: Engenharia, Concessões e Outros, conforme detalhado nas notas explicativas a seguir.

Por sua natureza de holding, a Companhia apresenta uma estrutura patrimonial distinta da maioria das empresas operacionais, sendo responsável pela gestão de capital com foco na sustentabilidade de suas atividades, na geração de valor para os acionistas e na preservação dos interesses de seus stakeholders. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 4.609.654, lucro líquido de R\$ 691.649 e capital circulante líquido negativo de R\$ 378.829 na controladora (e de R\$ 614.097 negativo no consolidado). Os resultados da AGSA nos últimos exercícios foram impactados, de forma significativa, pelo reconhecimento de despesas financeiras relacionadas a financiamentos, pela variação cambial sobre transações com partes relacionadas em moeda estrangeira, bem como pelo reconhecimento de despesas assumidas no âmbito de acordos de leniência firmados no segmento de Engenharia, tanto em esfera Federal quanto Estadual. Com o objetivo de restabelecer sua rentabilidade e sustentabilidade financeira, a Companhia vem adotando uma série de medidas, incluindo a revisão e reestruturação do seu endividamento, com vistas à manutenção de uma estrutura de capital equilibrada e à geração de resultados positivos em seus investimentos futuros. A Administração, em conjunto com suas controladas, mantém diálogo contínuo com os principais credores, objetivando a renegociação de dívidas e a adequação dos respectivos vencimentos ao fluxo de caixa projetado. Adicionalmente, a Companhia realiza análises periódicas de seus investimentos e avalia potenciais desinvestimentos, de forma a contribuir com a geração de caixa e fortalecer sua posição financeira. A Administração permanece confiante quanto à capacidade da Companhia de cumprir integralmente suas obrigações, sem incorrer em prejuízos adicionais.

Em linha com sua estratégia de reestruturação, a Companhia concentrou os investimentos no segmento de Engenharia nas sociedades CONSAG Engenharia S.A. e CONSAG C.S. S.A., com foco no atendimento ao setor privado.

1.1. Segmento Engenharia

Este segmento é representado pelas demonstrações financeiras consolidadas da Andrade Gutierrez Investimento em Engenharia S.A. (“AGIE”), empresa holding controladora da Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (“AG Engenharia”), CONSAG Engenharia S.A (CONSAG Engenharia), AG Participações em Desenvolvimento Urbano S.A. (“AGDU”), AG Inversiones Internacionales S.L. (“AG Inversiones”) e Andrade Gutierrez Gestão de Ativos Unipessoal. LDA (“AGGA”).

1.1.1 AG Engenharia

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A (“AGE”) tem como objetivo principal a prestação de serviços de engenharia, tanto no Brasil quanto no exterior. No Brasil, a AG Engenharia atua em projetos relacionados aos setores de petróleo e gás, geração de energia, mobilidade urbana, saneamento, plantas industriais, mineração, recuperação e remediação de barragens, e linhas de transmissão de energia elétrica. Além disso, por meio de suas sucursais, empresas controladas e investidas, a AG Engenharia está presente em países da América Latina, Europa e África, oferecendo soluções integradas de engenharia com padrões de excelência, qualidade e responsabilidade socioambiental.

Na América Latina, a AGE busca expandir suas operações nos mercados em que já atua, concentrando esforços na viabilização de projetos estruturados com financiamento externo. A Companhia está presente na República Dominicana, Honduras, Colômbia e Peru.

Nos mercados Europeu e Africano, a Companhia destaca suas operações em Portugal, Angola, Gana e Moçambique.

1.1.2 CONSAG Engenharia

A CONSAG Engenharia atua principalmente na prestação de serviços de engenharia em diversos segmentos, com ênfase na construção de hidrelétricas, plantas industriais, siderúrgicas, refinarias, projetos de saneamento e urbanização, rodovias, ferrovias, usinas de geração solar e obras correlatas em todo o Brasil. Além disso, a CONSAG Engenharia detém o controle acionário da CONSAG CS S.A. ("CONSAG CS"), uma empresa do Grupo Andrade Gutierrez especializada em serviços de mineração a céu aberto, incluindo a remoção de solo superficial, movimentação de estéril, minério e rejeitos.

1.2. Segmento Concessões

O segmento de Concessões inclui as participações acionárias da Andrade Gutierrez Participações S.A. ("AGPAR"), subsidiária direta da Companhia, em diversas entidades, como a Companhia Operadora de Rodovias ("COR"), AGC Energia S.A. ("AGC Energia"), SAAG Investimentos S.A. ("SAAG"), SPE Holding Beira Rio S.A. ("BRIO") e Evoluta Energia Participações S.A. ("Evolua"), além de uma participação de 33,33% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra ("COPER"). Atualmente, a AGPAR classifica seus investimentos em quatro segmentos de gestão: Rodovias, Mobilidade Urbana e Aeroportos; Energia; Arenas; e outros.

1.3. Outros

Este segmento engloba as participações diretas da Companhia no capital de suas controladas integrais, como Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("AGDI"), Telis Participações S.A. ("Telis"), Andrade Gutierrez International S.A. ("AGIT"), Logimed Sociedade Empresarial Ltda. ("Logimed"), entre outras que estão em estágio não operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de elaboração e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto instrumentos financeiros mensurados aos seus valores, valores justos no final de cada exercício de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia e suas controladas levam em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é

determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)) – Pagamento Baseado em Ações, operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de abril de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (“R\$”). Todos os valores apresentados em Reais nestas demonstrações estão arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em outras moedas, quando aplicáveis, também estão apresentados em milhares, salvo se especificado de outra forma).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data de avaliação em que os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas diferentes da moeda funcional, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração e preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou-se de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revisadas tempestivamente e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos e estimativas realizadas na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativas 6, 7 e 8:** Tratam da perda por redução ao valor recuperável e da realização de ativos, bem como da avaliação do risco de inadimplência para constituição da perda esperada sobre saldos de clientes;
- **Nota explicativa 12:** Definição do valor justo das propriedades para investimento;
- **Notas explicativas 13 e 14:** Definição da vida útil dos ativos imobilizado e intangíveis e a avaliação da recuperabilidade dos ativos;
- **Nota explicativa 21:** Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 22:** Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 25:** Os orçamentos referentes aos custos e receitas dos contratos de construção são formulados levando em conta as obrigações de desempenho de cada projeto. Esses orçamentos passam por uma revisão, no mínimo, anual, a fim de garantir sua atualização e alinhamento com as exigências e desafios em curso.

2.4 Principais políticas e práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis, revisões, interpretações e orientações vigentes e não vigentes

2.5.1. Normas emitidas e revisadas em vigor no exercício presente

O Grupo AG aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo AG decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Norma	Descrição da alteração
CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Esta revisão atualiza o CPC 18 para alinhar-se às alterações internacionais, fornecendo orientações sobre a aplicação do método da equivalência patrimonial em investimentos em coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto.
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.	A ICPC 09 foi revisada para sua terceira versão, abordando Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. Esta revisão busca esclarecer e orientar sobre a aplicação desses conceitos conforme as normas internacionais.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A OCPC 10 fornece diretrizes sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO). Esta orientação é relevante para entidades envolvidas em atividades relacionadas a mercados de carbono e sustentabilidade.
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	A revisão buscou alinhar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais, além de trazer maior clareza e aprimorar a apresentação das informações nas demonstrações financeiras.
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	Aplicação de novos requisitos de divulgação de acordos de financiamento de fornecedores e seus efeitos sobre os passivos, fluxos de caixas e exposição ao risco de liquidez das empresas. Para a entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Adicionalmente, inclui a alteração da divulgação de um passivo com cláusulas de covenants cujo cumprimento é até a data do balanço.

As alterações de normas descritas acima, que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5.2. Novas normas ou alterações em pronunciamentos contábeis não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição da alteração
CPC 50 – Contratos de seguros	Adoção inicial.
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis. Introduce três categorias definidas para receitas e despesas: Operacionais, de investimento e de financiamento.
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover orientação sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R3) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover orientação para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Em relação aos normativos e alterações descritos acima, com data de vigência para exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento da emissão destas demonstrações financeiras não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e englobam as demonstrações financeiras das investidas controladas pela Companhia, listadas abaixo:

Controladas diretas	País	Atividade principal	Participação Societária (%)	
			31/12/2024	31/12/2023
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Telis Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Brasil	Holding	100,00	100,00
Andrade Gutierrez International S.A.	Luxemburgo	Intermediação financeira	100,00	100,00
Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	Brasil	Serviços de logísticas	100,00	100,00
Moldavian Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	Intermediação financeira	100,00	100,00

O controle é estabelecido quando a Companhia tem o poder de direcionar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para obter benefícios de suas atividades.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das companhias controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre o lucro não realizado apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Política contábil

Este conjunto compreende os saldos disponíveis em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, geralmente com vencimento inferior a três meses. Esses ativos são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e apresentam risco insignificante de variação de valor.

4.2. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	24	15	113.246	176.656
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	-	-	517.569	114.227
	24	15	630.815	290.883
Moeda nacional	24	15	518.801	127.389
Moeda estrangeira	-	-	112.014	163.494
	24	15	630.815	290.883

Do valor total do caixa e equivalente de caixa, o saldo de R\$ 521.602 no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$25.627 em 31 de dezembro de 2023) é restrito a utilização exclusiva em desenhos operacionais de projetos e consórcios.

- (a) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, consistem principalmente em depósitos a prazo. A composição das aplicações financeiras de liquidez imediata é apresentada da seguinte forma:

Consolidado	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Moeda nacional				
Certificado de Depósito Bancário(CDB)	DI + 100,10%	DI + 96,56%	398.461	30.529
Operações compromissadas	DI + 63,54%	DI + 70,00%	96.435	83.582
			494.896	114.111
Moeda estrangeira				
Time deposit	EUR + 3,50%	-	22.528	-
Time deposit	PEN + 3,00%	PEN + 3,00%	145	116
			22.673	116
			517.569	114.227

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

5.1. Política contábil

A prática da Companhia e de suas controladas, em relação aos títulos e valores mobiliários é pautada, principalmente pela intenção de manter esses títulos a longo prazo, visando o recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos consistem, predominantemente, no pagamento de principal e juros, em conformidade com as orientações contábeis aplicáveis.

5.2. Composição

Consolidado	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Time deposit (a)	200.779	126.323
Certificado de Depósito Bancário (b)	7.715	24.528
Fundo de investimento (c)	621.519	621.519
	830.013	772.370

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha saldos em *time deposit* com liquidez diária, remunerados à taxa de USD + 4,45% a.a., no montante de R\$ 120.923 (R\$ 90.797 em 31 de dezembro de 2023). Esse saldo refere-se às operações da Companhia e de suas subsidiárias. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, o consolidado incluía aplicações nos mercados da Europa e África, majoritariamente denominadas em euros, no valor de R\$ 79.856 (R\$ 35.526 em 31 de dezembro de 2023). Dessa forma, o saldo total de *time deposit* no consolidado somava R\$ 200.779 (R\$ 126.323 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Em 31 de dezembro de 2024 R\$ 6.473 refere-se a investimentos relacionados ao projeto hidrelétrica de Belo Monte, destinados a cobrir passivos judiciais em andamento (R\$ 6.837 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Cotas de fundo de investimento em ativos de longo prazo, conforme detalhado abaixo:

Consolidado

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Precatório do Estado do Amazonas (i)	470.000	470.000
Cotas de fundo de investimento (ii)	151.519	151.519
	621.519	621.519

(i) Saldo parcial a receber de precatório emitido pela Secretaria de Transportes do Estado do Amazonas.

(ii) Cotas de fundo de investimento onde constam hoje ativos judiciais junto de DNIT e SABESP.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Política contábil

O saldo de contas a receber de clientes origina-se tanto das prestações de serviços de engenharia quanto da venda de mercadorias associadas à construção de empreendimentos de infraestrutura. Conforme a política contábil adotada pela Companhia, o reconhecimento de receita em contratos de construção abrange não apenas as faturas emitidas aos clientes, mas também os saldos ativos resultantes da aplicação da metodologia do POC (Percentual de Conclusão, em português).

Quando a receita reconhecida por meio desse método excede o montante das faturas efetivamente emitidas aos clientes, essa diferença é registrada no grupo de “Contas a Receber de Clientes” (ver nota explicativa nº 25).

As perdas de crédito esperadas referentes às contas a receber dos clientes são registradas em um valor considerado adequado para cobrir possíveis perdas futuras na recuperação do crédito.

6.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Cientes faturados	1.632.598	1.463.855
Ativos de contrato - serviços a faturar (CPC 47)	390.733	260.960
Contas a receber - via judicial	2.102.291	2.095.964
	4.125.622	3.820.779
Perda esperada de crédito:		
Cientes	(261.535)	(238.498)
Contas a receber - via judicial	(2.010.972)	(2.010.832)
	(2.272.507)	(2.249.330)
Contas a receber, líquido	1.853.115	1.571.449
Circulante	957.872	796.285
Não circulante	895.243	775.164
	1.853.115	1.571.449

6.3. Informações complementares sobre contas a receber (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2024, a controlada indireta AG Construções e Serviços S.A. possui valores a receber em aberto registrados no montante de R\$284.719 (R\$270.283, em dezembro 2023), para os quais não foi possível estimar quando esses recebíveis serão liquidados até a emissão destas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a controlada indireta Andrade Gutierrez Engenharia S.A. detém valores a receber por meio de suas controladas, no Equador e no México, totalizando R\$46.125 (R\$21.812 em 31 de dezembro de 2023), que estão registrados como ações judiciais transitadas em julgado. A Companhia possui adiantamentos pendentes a fornecedores relacionados a projetos no Equador concluídos em exercícios anteriores, classificados como outros ativos não circulantes, totalizando de R\$37.063 (R\$28.982 em 31 de dezembro de 2023). Devido às características e natureza intrínseca desses valores a receber, não é viável realizar uma estimativa precisa sobre o momento e o método de recebimento dos mesmos. A Companhia e suas controladas mantêm a convicção de que não ocorrerão perdas significativas nas contas a receber de clientes além da provisão já estabelecida.

6.4. Movimentação da provisão para perdas esperadas sobre recebíveis

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo do início do exercício	(2.249.330)	(2.243.600)
(Provisão)	(141)	(30.274)
Reversão	3.672	24.544
Variação cambial	(26.708)	-
Saldo no final do exercício	(2.272.507)	(2.249.330)

7. ESTOQUES

7.1. Política contábil

Os estoques são inicialmente reconhecidos pelo custo de aquisição. A mensuração subsequente é realizada com base no menor valor entre o custo médio das aquisições e o valor líquido realizável. Para embasar a análise do valor líquido realizável, a Companhia e suas controladas realizam inventários físicos periodicamente em suas unidades operacionais. Os montantes apresentados nessa categoria consistem, principalmente, de materiais destinados à aplicação nas obras em andamento.

7.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Material de consumo e almoxarifado	227.681	208.002
(-) Redução ao valor realizável líquido	(88.781)	(82.005)
	138.900	125.997

A Administração do Grupo AG prevê utilizar ou consumir esses estoques em suas obras dentro de seu ciclo operacional normal. Não são esperadas perdas significativas em relação ao valor realizável líquido dos estoques, além daquelas já reconhecidas.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

8.1. Política contábil

Nesta rubrica, são reconhecidos os saldos de créditos tributários a recuperar, que têm origem, principalmente, em antecipações de contribuição social recolhida a maior em exercícios anteriores e em retenções de imposto sobre os resgates das aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas reconhece os valores de imposto de renda retido na fonte a recuperar em seu balanço patrimonial à medida que efetua resgates em suas aplicações e quando o referido imposto é retido pela instituição financeira. Esses créditos são utilizados pela Companhia, sempre que permitido por lei, para compensar eventuais saldos a recolher provenientes de suas operações.

8.2. Composição

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
INSS (a)	-	-	51.377	59.260
IRRF	1.612	1.612	3.279	4.361
IR/CS	-	-	49.802	39.933
Imposto pago no exterior (b)	-	-	99.029	98.217
Impostos recuperáveis do exterior (c)	-	-	105.381	102.761
Outros	28	28	39.085	15.968
	1.640	1.640	347.953	320.500
Circulante	-	-	206.805	185.187
Não circulante	1.640	1.640	141.148	135.313
	1.640	1.640	347.953	320.500

- (a) Refere-se a saldos de INSS a compensar, por pagamentos a maior e retenções em notas fiscais emitidas pelos consórcios.
 (b) Refere-se a imposto de renda pago pelas sucursais e investidas no exterior, constituindo o imposto a recuperar na Companhia, o qual poderá ser deduzido no cálculo de impostos dos lucros advindos do exterior.
 (c) Refere-se aos impostos locais a recuperar de filiais e investidas no exterior decorrentes do curso normal de seus negócios.

Os créditos tributários são considerados realizáveis pela Administração no curso normal de suas operações no Brasil e no exterior.

9. ADIANTAMENTOS DIVERSOS

Durante suas atividades habituais, a Companhia e suas controladas realizam adiantamentos diversos a fornecedores e subempreiteiros para a execução de suas obras em andamento, além de adiantamentos para seus funcionários, como adiantamentos de férias, despesas de viagem, entre outros. A composição dos saldos de adiantamentos diversos, devidamente conciliada com os saldos apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a fornecedores e subempreiteiros	4	-	206.717	162.205
Adiantamento a funcionários	-	-	5.092	2.476
	4	-	211.809	164.681

10. ATIVOS MANTIDO PARA VENDA

10.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam um ativo não circulante como mantido para venda quando estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, quando a venda for altamente provável e quando houver baixa probabilidade de mudanças significativas no plano de venda. A mensuração desses ativos é realizada pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

As despesas de venda incluem apenas os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação de venda, excluindo encargos financeiros e tributos sobre o lucro.

Os dividendos recebidos de empreendimentos controlados em conjunto e de coligadas classificados como mantidos para venda, bem como eventuais aportes, são reconhecidos no resultado, em razão da interrupção da mensuração pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 31.

10.2. Composição

Os saldos dos ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados a seguir:

Consolidado

	31/12/2024
Investimento Torres Eólicas do Nordeste S.A. (a)	36.699
Equipamentos e veículos (b)	22.292
Investimento Concessionária Rio Mais S.A (c)	1
Investimento Lagoa da Barra Incorp. E Construções S.A (c)	1
Total de ativos mantidos para venda	58.993

- (a) Durante o exercício de 2024, a controlada indireta CONSAG Engenharia S.A. reclassificou seu investimento na controlada em conjunto, Torres Eólicas do Nordeste S.A., na qual detém 51% de participação societária, para a categoria de ativos mantidos para venda. Em decorrência dessa reclassificação, a aplicação do método da equivalência patrimonial à investida foi descontinuada.
- (b) Em dezembro de 2024, a controlada indireta Zagope Moçambique reclassificou parte de seus ativos imobilizados para o grupo de ativos mantidos para venda, uma vez que deixaram de ser utilizados em suas operações.
- (c) Em 2024, as controladas indiretas AG Participações em Desenvolvimento Urbano S.A. e Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A., em conjunto com as controladas em conjunto Concessionária Rio Mais S.A., Parque da Lagoa S.A., Lagoa da Barra S.A. e seus respectivos acionistas, assinaram documento de intenção não vinculante e confidencial, com o objetivo de viabilizar a alienação de suas respectivas participações acionárias.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

11.1. Política contábil

Para fins desta demonstração financeira consolidada, os investimentos em controladas são consolidados, enquanto os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Enquanto as demonstrações financeiras das controladas e coligadas no exterior são elaboradas com base nas políticas contábeis dos países onde estão localizadas e ajustadas ao CPC para fins de consolidação. Outros investimentos são reconhecidos ao custo, deduzido de provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia e suas controladas classificam uma investida como controlada quando detém o poder de influenciar, de forma unilateral, seus retornos econômicos e financeiros, exercendo controle individual sobre as decisões estratégicas e financeiras da investida.

Controladas em conjunto são investidas sobre as quais a Companhia e suas controladas compartilha o controle com outros sócios, exigindo consenso para que as decisões estratégicas sejam aprovadas.

Quando a Companhia e suas controladas mantêm ativos ou passivos em favor ou contra controladas no exterior que não possuem vencimento contratual liquidado, as participações societárias da Companhia e suas controladas nessas investidas são apresentadas pelo valor líquido. Isso significa que a Companhia e suas controladas adiciona ao valor de seu investimento (que representa o patrimônio líquido de sua investida) os valores de ativos ou passivos financeiros mantidos com aquelas investidas no exterior. Essa prática contábil está em conformidade com o CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações financeiras, sendo os saldos resultantes da sua aplicação apresentados a prazo.

Para fins de apresentação, a Companhia e suas controladas reconhecem as participações societárias líquidas positivas como “Investimentos” e, quando a participação societária em um investimento resulta em valor negativo, o valor do investimento é registrado como “Provisão para perdas em investimentos”.

A conversão para reais (moeda funcional e de apresentação) é feita com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento das contas patrimoniais e nas taxas médias das contas de resultado. Ganhos e perdas de conversão são reconhecidos em conta específica no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”, exceto para as investidas localizadas em economias hiperinflacionárias, cuja conversão é feita por outro método.

As informações financeiras de controladas e joint ventures são incluídas nas informações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle total ou controle conjunto se inicia até a data em que deixa de existir. As principais políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto estão alinhadas às políticas contábeis aplicadas pela Companhia.

11.2. Relação das investidas e principais informações

As investidas da Companhia, bem como o país de origem, ramo de atividade e percentual de participação, está demonstrado a seguir:

Controladora	Companhias investidas	País	Atividade principal	31/12/2024		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2023			
				Participação	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência	Participação	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência
Controladas													
	Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	Brasil	Holding	100,00%	(2.481.119)	(2.481.119)	583.982	583.982	100,00%	(3.885.354)	(3.885.354)	(817.819)	(817.819)
	Andrade Gutierrez Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00%	475.951	475.951	711.723	711.723	100,00%	378.184	378.184	(26.523)	(26.523)
	Telis Participações S.A.	Brasil	Holding	100,00%	(28.169)	(28.169)	(2.628)	(2.628)	100,00%	(25.541)	(25.541)	(2.984)	(2.984)
	Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Brasil	Holding	100,00%	(84.681)	(84.681)	(6.805)	(6.805)	100,00%	(77.876)	(77.876)	(22.408)	(22.408)
	Andrade Gutierrez Internacional S.A.	Luxemburgo	Intermediação financeira	100,00%	(329.846)	(329.846)	(34.607)	(34.607)	100,00%	(223.233)	(223.233)	(37.011)	(37.011)
	Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	Brasil	Serviços de logística	100,00%	83.214	83.214	(865)	(865)	100,00%	84.079	84.079	35.746	35.746
	Moldavian Corporation	Iilhas Virgens	Intermediação financeira	100,00%	50.644	50.644	1.390	1.390	100,00%	38.347	38.347	1.257	1.257

Consolidado	Companhias investidas	País	Atividade principal	31/12/2024		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2023			
				Participação	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência	Participação	Patrimônio líquido	Investimento	Resultado do exercício	Equivalência
Controladas em conjunto													
	Aecon AG Constructores S.A.	Equador	Serviços de engenharia	50,00%	(1.311)	(655)	-	-	50,00%	(1.310)	(655)	-	-
	Construtora Sur S.A.	Peru	Serviços de engenharia	33,33%	(12.387)	(4.133)	24	9	33,33%	(9.925)	(3.308)	(10.755)	(3.588)
	Intersur Concesiones S.A.	Peru	Concessão rodoviária	33,33%	106.122	35.372	51.095	17.030	33,33%	80.627	26.873	33.591	11.196
	NEDI Construções de Dutos do Nordeste Ltda	Brasil	Serviços de engenharia	14,60%	8.921	1.248	(3.110)	(454)	14,60%	10.390	1.505	(1.144)	(167)
	Operadora Sur S.A.	Brasil	Concessionária de serviços	33,33%	32.581	10.861	18.833	6.277	33,33%	25.152	8.384	7.192	2.397
	Torres Edícolas do Nordeste S.A.	Brasil	Venda de mercadorias	0,00%	-	-	-	-	51,00%	71.959	36.699	-	-
	UNICON - União das Construtoras Ltda	Brasil	Serviços de engenharia	25,00%	(15.600)	(3.898)	(1.868)	(467)	25,00%	(13.736)	(3.434)	-	-
	Elos - Ligações Alta Velocidade	Portugal	Serviços de engenharia	7,61%	1.222.556	93.012	-	-	7,61%	714.642	54.370	-	-
	SAG Investimentos S.A.	Brasil	Holding	16,58%	11.228	1.904	364	60	16,58%	11.136	1.844	3.822	630
	SPE Holding Beira-Rio S.A.	Brasil	Gestão de instalações de espor	50,00%	5.079	2.541	(17.850)	(8.925)	50,00%	22.929	11.466	(11.709)	(5.854)
	Companhia Operadora de Rodovias - COR	Brasil	Operação de rodovias	33,33%	(2.997)	(999)	(744)	(248)	33,33%	(2.253)	(751)	(936)	699
	Evolua Energia Participações S.A.	Brasil	Holding	33,33%	132.562	52.085	(50.880)	(16.958)	33,33%	183.442	69.041	(14.160)	(7.321)
	Vertin Engenharia S.A.	Brasil	Engenharia	0,00%	-	-	-	-	70,00%	5.000	3.501	3.757	2.630
	Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	Brasil	Outros	0,00%	-	-	-	-	33,30%	(19.083)	(6.054)	(50.090)	(16.680)
	Concessionaria Rio Mais S.A.	Brasil	Outros	0,00%	-	-	-	-	33,30%	(3.369.938)	(893.537)	(792.948)	(264.052)
Sucursal													
	Sucursal Libia	Libia	Serviços de engenharia	100,00%	(21.158)	(21.158)	-	-	100,00%	(21.158)	(21.158)	-	-

11.3. Movimentação dos saldos de investimento

Controladora	31/12/2023	Movimentação do exercício				31/12/2024	31/12/2024		
		Investimento líquido nas investidas	Aumento de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão			Equivalência Patrimonial	Investimento líquido nas investidas
Controladas									
	Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	(3.885.354)	758.114	-	62.139	583.982	(2.481.119)	-	(2.481.119)
	Andrade Gutierrez Participações S.A.	378.184	-	(613.956)	-	711.723	475.951	-	-
	Telis Participações S.A.	(25.541)	-	-	-	(2.628)	(28.169)	-	(28.169)
	Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	(77.876)	-	-	-	(6.805)	(84.681)	-	(84.681)
	Andrade Gutierrez Internacional S.A.	(223.233)	-	-	(72.006)	(34.607)	(329.846)	-	(329.846)
	Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	84.079	-	-	-	(865)	83.214	83.214	-
	Moldavian Corporation	38.347	-	-	10.907	1.390	50.644	50.644	-
		(3.711.394)	758.114	(613.956)	1.040	1.252.190	(2.314.006)	609.809	(2.923.815)

Controladora	31/12/2022	Movimentação do exercício			31/12/2023	31/12/2023		
		Investimento líquido nas investidas	Aumento de capital	Ajuste de conversão			Equivalência Patrimonial	Investimento líquido nas investidas
Controladas								
	Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	(3.139.380)	-	71.845	(817.819)	(3.885.354)	-	(3.885.354)
	Andrade Gutierrez Participações S.A.	404.707	-	-	(26.523)	378.184	378.184	-
	Telis Participações S.A.	(22.557)	-	-	(2.984)	(25.541)	-	(25.541)
	Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	(55.468)	-	-	(22.408)	(77.876)	-	(77.876)
	Andrade Gutierrez Internacional S.A.	(200.766)	-	14.544	(37.011)	(223.233)	-	(223.233)
	Logimed Distribuidora Sociedade Emp. Ltda.	27.998	20.335	-	35.746	84.079	84.079	-
	Moldavian Corporation	40.015	-	(2.925)	1.257	38.347	38.347	-
		(2.945.451)	20.335	83.464	(869.742)	(3.711.394)	500.610	(4.212.004)

Consolidado

	Movimentação do exercício							Aplicação CPC 02 (R2)		31/12/2024	Provisão para perdas em investimentos
	31/12/2023	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão	Equivalência Patrimonial	Mantido para venda	Combinação de negócios	Investimento líquido das investidas	Investimentos no exterior		
Controladas em conjunto											
Aecon AG Constructores S.A.	(655)	-	-	-	-	-	-	(655)	20.097	19.442	-
Constructora Sur S.A.	(3.308)	-	-	(823)	(2)	-	-	(4.133)	-	-	(4.133)
Intersur Concesiones S.A.	26.873	-	(11.882)	3.351	17.030	-	-	35.372	-	35.372	-
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda	1.505	171	-	26	(454)	-	-	1.248	-	1.248	-
Operadora Sur S.A.	8.384	-	(4.357)	556	6.278	-	-	10.861	-	10.861	-
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	36.699	-	-	-	-	(36.699)	-	-	-	-	-
UNICON - União das Construtoras Ltda	(3.434)	-	-	-	(464)	-	-	(3.898)	-	-	(3.898)
Elos - Ligações Alta Velocidade	54.370	-	-	38.642	-	-	-	93.012	-	93.012	-
Vertin Engenharia S.A.	3.501	-	-	-	-	-	(3.501)	-	-	-	-
SAAG Investimentos S.A.	1.844	-	-	-	60	-	-	1.904	-	1.904	-
SPE Holding Beira-Rio S.A.	11.466	-	-	-	(8.925)	-	-	2.541	-	2.541	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(751)	-	-	-	(248)	-	-	(999)	-	-	(999)
Evolua Energia Participações S.A.	69.041	-	-	-	(16.956)	-	-	52.085	-	52.085	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	(6.054)	-	-	-	6.055	(1)	-	-	-	-	-
Concessionária Rio Mais S.A.	(893.537)	-	-	(1.418)	894.956	(1)	-	-	-	-	-
Auto-Estradas Baixo Tejo	-	-	-	25	-	-	-	25	-	25	-
Outros Investimentos	(16.907)	4	-	24.960	(8.057)	-	-	-	-	-	-
	(710.963)	175	(16.239)	65.319	889.273	(36.701)	(3.501)	187.363	20.097	216.490	(9.030)
Sucursal											
Sucursal Libia	(21.158)	-	-	-	-	-	-	(21.158)	(118.793)	-	(139.951)
	(732.121)	175	(16.239)	65.319	889.273	(36.701)	(3.501)	166.205	(98.696)	216.490	(148.981)

Consolidado

	Movimentação do exercício					Aplicação CPC 02 (R2)		31/12/2023	
	Investimento líquido das investidas	Aumento (redução) de capital	Distribuição de dividendos	Ajuste de conversão / O.R.A.	Equivalência Patrimonial	Investimento líquido das investidas	Investimentos no exterior	Saldo ativo de investimentos	Provisão para perdas em investimentos
Controladas em conjunto									
Aecon AG Constructores S.A.	(655)	-	-	-	-	(655)	18.999	18.344	-
Constructora Sur S.A.	306	-	-	(26)	(3.588)	(3.308)	-	-	(3.308)
Intersur Concesiones S.A.	27.284	-	(8.221)	(3.386)	11.196	26.873	-	26.873	-
NEDL Construções de Dutos do Nordeste Ltda	1.517	155	-	-	(167)	1.505	-	1.505	-
Operadora Sur S.A.	14.764	-	(7.993)	(785)	2.398	8.384	-	8.384	-
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	25.094	-	-	-	11.605	36.699	-	36.699	-
UNICON - União das Construtoras Ltda	(3.434)	-	-	-	-	(3.434)	-	-	(3.434)
Elos - Ligações Alta Velocidade	56.587	1	-	(2.218)	-	54.370	-	54.370	-
Vertin Engenharia Ltda	-	3.500	(2.629)	-	2.630	3.501	-	3.501	-
SAAG Investimentos S.A.	1.213	-	-	-	631	1.844	-	1.844	-
SPE Holding Beiro-Rio S.A.	2.580	14.740	-	-	(5.854)	11.466	-	11.466	-
Companhia Operadora de Rodovias - COR	(1.450)	-	-	-	699	(751)	-	-	(751)
Evolua Energia Participações S.A.	24.608	37.093	-	14.661	(7.321)	69.041	-	69.041	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	10.626	-	-	-	(16.680)	(6.054)	-	-	(6.054)
Concessionária Rio Mais S.A.	(630.210)	-	-	725	(264.052)	(893.537)	-	-	(893.537)
Outros Investimentos	(6.160)	-	-	-	(10.747)	(16.907)	6.374	5	(10.538)
	(477.330)	55.489	(18.843)	8.971	(279.250)	(710.963)	25.373	232.032	(917.622)
Sucursal									
Sucursal Libia	(21.158)	-	-	-	-	(21.158)	(98.588)	-	(119.746)
	(498.488)	55.489	(18.843)	8.971	(279.250)	(732.121)	(73.215)	232.032	(1.037.368)

12. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

12.1. Política contábil

As propriedades para investimento são inicialmente reconhecidas pelo custo, incluindo os custos de transação envolvidos na aquisição das propriedades. Após o reconhecimento inicial, a Grupo AG aplica como política contábil, uniformemente, a mensuração a valor justo das propriedades para investimento.

12.2. Composição

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	5.719	77.229
Benfeitorias	9.040	9.040
Total das propriedades para investimento	14.759	86.269

12.3. Informação adicional sobre o valor justo apurado

O valor justo é determinado com base em uma abordagem de comparação de mercado que reflete o preço de transações recentes para propriedades similares àquelas detidas pela Companhia na mesma região ou arredores. Além disso, são considerados itens específicos de valoração dos testes, como área, localização, topografia, segmentos imobiliários relacionados, possíveis restrições de venda, entre outros.

Com base na metodologia das avaliações realizadas e nas premissas estabelecidas no CPC 46, o Grupo AG classifica as informações aplicadas na mensuração do valor justo de suas propriedades para investimento no nível 2 da hierarquia de valor justo. A seguir, é apresentada a conciliação entre o valor de custo histórico e o valor justo das propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2024:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valor de custo histórico	1.512	5.693
Ajustes de valor justo, acumulado	13.247	80.576
Valor justo das propriedades para investimento	14.759	86.269
IR/CS diferido sobre valor justo das propriedades para investimento	(4.504)	(27.396)
Valor das propriedades para investimento, líquido de impostos	10.255	58.873

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a administração do Grupo AG validou o valor de mercado por meio de pesquisas efetuadas internamente (sem a contratação de consultores) e não identificou a necessidade de constituição de provisão para valor de mercado dos terrenos.

12.4. Propriedades de investimento dadas em garantia

Em 26 de junho de 2024, foi celebrado um instrumento particular de transação e outras avenças, adjudicando o terreno localizado na cidade de Manaus, que havia sido dado em garantia como parte de um contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024, não havia mais terrenos dados em garantia (comparado a R\$ 71.000 em 2023).

13. IMOBILIZADO

13.1. Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia e suas controladas são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os custos de empréstimos capitalizados com fins específicos para a construção de ativos, se houver, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável estimado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não exista mais. Uma perda de valor é revertida se houver uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, apenas se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos diretamente atribuíveis aos esforços incorridos da Companhia e suas controladas para colocar o ativo no local e na condição necessária para operar. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem; caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que benefícios econômicos sejam incorporados a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido substituído por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que a venda ocorre.

Depreciação

A depreciação das classes de equipamentos e veículos é calculada pelo método de horas trabalhadas, utilizando taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. Para as demais classes de ativo imobilizado, a depreciação é calculada pelo método linear, com taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados periodicamente e quaisquer ajustes necessários são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, afetando apenas o exercício em que o ajuste é identificado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 as taxas de depreciação utilizada, em função dos critérios próprios foram como segue:

13.2. Composição

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e utensílios	5,20%	1.082	(986)	96	1.074	(961)	113
Instalações	7,10%	3.597	(2.658)	939	3.597	(2.536)	1.061
		4.679	(3.644)	1.035	4.671	(3.497)	1.174

	Taxa média de depreciação (% a.a.)	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Terrenos		6.528	-	6.528	6.350	-	6.350
Imóveis de uso	61,44%	102.233	(74.185)	28.048	92.173	(74.951)	17.222
Equipamentos e veículos	15,21%	475.587	(227.364)	248.223	554.149	(317.133)	237.016
Móveis e utensílios	35,80%	69.685	(59.364)	10.321	61.612	(53.707)	7.905
Instalações	7,10%	3.597	(2.658)	939	3.597	(2.536)	1.061
Imobilizado em andamento		413	-	413	3.723	-	3.723
		658.043	(363.571)	294.472	721.604	(448.327)	273.277

13.3. Movimentação

	Controladora				Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	
Móveis e utensílios	113	9	(26)	-	96
Instalações	1.061	-	(122)	-	939
	1.174	9	(148)	-	1.035

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	131	6	(26)	2	113
Instalações	1.184	-	(121)	(2)	1.061
	1.315	6	(147)	-	1.174

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Combinação de negócios	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Mantidos para venda	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	6.350	-	-	(110)	-	-	-	288	6.528
Imovéis em uso	17.222	-	26.524	(2.527)	(17.912)	4.568	-	173	28.048
Equipamentos e veículos	237.016	-	82.958	(25.085)	(37.359)	106	(22.292)	12.879	248.223
Móveis e utensílios	7.905	35	7.746	(1.248)	(4.655)	61	-	477	10.321
Instalações	1.061	-	-	-	(122)	-	-	-	939
Imobilizado em andamento	3.723	-	2.437	(1.354)	-	(4.735)	-	342	413
	273.277	35	119.665	(30.324)	(60.048)	-	(22.292)	14.159	294.472

Consolidado

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Ajuste de conversão	Saldo em 31/12/2023
Terrenos	7.015	-	(605)	-	-	(60)	6.350
Imovéis em uso	23.841	2.875	(1.201)	(26.975)	18.916	(234)	17.222
Equipamentos e veículos	237.650	79.078	(33.957)	(43.075)	(1.359)	(1.321)	237.016
Móveis e utensílios	7.286	5.117	(1.128)	(4.536)	1.203	(37)	7.905
Instalações	1.184	-	-	(123)	-	-	1.061
Imobilizado em andamento	18.619	5.388	(1.440)	-	(18.760)	(84)	3.723
	295.595	92.457	(38.331)	(74.708)	-	(1.736)	273.277

13.4. Ativos dados em garantia

Alguns equipamentos pesados das controladas indiretas AG Engenharia e CONSAG Engenharia foram oferecidos em garantia para empréstimos obtidos. Em 31 de dezembro de 2024, o valor registrado desses equipamentos é de aproximadamente R\$180.699 (R\$93.930, em 2023). As controladas indiretas estão impedida de utilizar esses ativos como garantia para outros empréstimos ou de aliená-los a terceiros até que os passivos correspondentes sejam liquidados.

13.5. Provisão para redução ao valor recuperável (teste de impairment)

O Grupo AG realiza periodicamente testes de *impairment* nos equipamentos pesados e veículos alocados, com o objetivo de avaliar a recuperabilidade dos valores desses ativos. Essa avaliação é conduzida por profissionais internos com comprovada qualificação técnica. Para realizar essas avaliações, foi adotada uma abordagem de mercado, alinhada com as métricas e métodos amplamente reconhecidos no mercado de avaliação de ativos.

Abordagem de mercado

A abordagem de mercado busca determinar parâmetros de preços praticados no mercado de bens similares ao bem objeto da avaliação. Quando existem dados confiáveis e verificáveis divulgados no mercado, esta abordagem é geralmente a mais recomendada para definição do valor de mercado de um ativo. Para estas avaliações, foram realizadas pesquisas em sítios eletrônicos de venda de equipamentos usados similares. Quando dados suficientes foram encontrados, optou-se por utilizar essa metodologia como principal. Além das pesquisas no mercado, o histórico de vendas de equipamentos pela Companhia foi utilizado como dado equivalente aos aplicados na cotação direta no mercado.

14. ATIVO INTANGÍVEL

14.1. Política contábil

Os ativos intangíveis do Grupo AG são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros decorrentes do uso ou alienação. Os ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo é baixado.

14.2. Composição

A composição do ativo intangível e seus respectivos valores de custo e amortizações acumuladas podem ser assim demonstrados da seguinte forma:

Consolidado	Taxa média de amortização (% a.a.)	31/12/2024			31/12/2023		
		Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Softwares - licença e implantação	91,9%	54.146	(47.612)	6.534	64.757	(54.130)	10.627
Tecnologia de gerenciamento	20,4%	15.453	(3.410)	12.043	1.587	(320)	1.267
Projetos de desenvolvimento - em curso (a)		10.687	-	10.687	14.349	-	14.349
Outros ativos intangíveis (b)		70.047	(16.956)	53.091	92.032	(51.972)	40.060
		150.333	(67.978)	82.355	172.725	(106.422)	66.303

14.3. Movimentação

Consolidado	Saldo em 31/12/2023					Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
	Adição	Amortização	Transferências	Impairment			
Softwares - licença e implantação	-	(4.455)	-	-	362	6.534	
Tecnologia de gerenciamento	-	(3.090)	13.866	-	-	12.043	
Projetos de desenvolvimento - em curso (a)	10.204	-	(13.866)	-	-	10.687	
Outros ativos intangíveis	3	-	-	868	12.160	53.091	
	10.207	(7.545)	-	868	12.522	82.355	

Consolidado	Saldo em 31/12/2022				Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
	Adição	Baixa	Amortização			
Softwares - licença e implantação	1.265	-	(4.760)	(15)	10.627	
Tecnologia de gerenciamento	1.587	-	(320)	-	1.267	
Projetos de desenvolvimento - em curso (a)	14.349	-	-	-	14.349	
Outros ativos intangíveis	-	(501)	-	(3.425)	40.060	
	17.201	(501)	(5.080)	(3.440)	66.303	

- (a) Durante os exercícios de 2023 e 2024, foi composto o ciclo do BIM (*Building Information Modelling*) 4D e Engenharia 4.0, cuja amortização iniciou-se no decorrer de 2024, com previsão de 60 meses. Em linha com as melhores práticas de mercado no setor de Engenharia e Construção, o BIM é entendido como um conjunto de processos e tecnologias que, combinados, geram uma metodologia de gerenciamento do projeto, propiciando que múltiplos stakeholders trabalhem de forma colaborativa no design, construção, operação e manutenção de um empreendimento, através de plataformas digitais. Dentre os benefícios esperados, destacam-se: Melhoria na qualidade dos projetos, levantamento automático e preciso das quantidades de serviços e materiais através do modelo digital e facilidade em simular metodologias e planejamentos alternativos. A Companhia está compondo um novo ciclo do BIM durante o exercício de 2025, iniciando a amortização logo após sua ativação.
- (b) Refere-se ao ágio na aquisição de 35% da participação na construção da Barragem Moeamba Major, em Moçambique, junto à empresa FIDENS.

15. DIREITOS DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

15.1. Política contábil

Com base no CPC 06 a Companhia e suas controladas avaliam na data de início do contrato se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Como arrendatária

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Os ativos de direito de uso são reconhecidos para representar o direito de utilizar os ativos arrendados e os passivos de arrendamento representam o valor presente dos pagamentos dos contratos de arrendamento.

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento, ou seja, quando o ativo subjacente está disponível para uso. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento ou pela vida útil do bem arrendado, o que for menor.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo dos contratos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual, quando aplicável.

Quando as taxas de juros implícitas nos arrendamentos não são facilmente determináveis, a Companhia e suas controladas podem utilizar a taxa de empréstimo incremental na data de início dos contratos para calcular o valor presente dos pagamentos de arrendamento. Após a data de início, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, principalmente relacionada ao prazo do arrendamento.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica

a isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

Como arrendadora

A Companhia e suas controladas não participaram, como arrendadora, em contratos de arrendamento em nenhum dos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

15.2. Composição e movimentação

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia e suas controladas utilizaram uma taxa de desconto de 4,88% ao ano que representa substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento do exercício de 31 de dezembro 2024:

Consolidado												
	Arrendamentos	31/12/2023	Combinação de negócios (a)	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Ajuste de Conversão	31/12/2024
Direito de uso com arrendamentos												
Imóveis		34.324	707	19.655	1.713	(16.149)	(5.168)	-	-	-	-	35.082
Equipamentos e veículos		13.822	-	10.623	400	(5.289)	(2.241)	-	-	-	-	17.315
		48.146	707	30.278	2.113	(21.438)	(7.409)	-	-	-	-	52.397
Passivos de arrendamentos												
Imóveis		32.803	718	19.655	2.861	-	(5.170)	1.947	(1.863)	(15.003)	-	35.948
Equipamentos e veículos		12.035	-	10.623	(748)	-	(2.210)	734	(734)	(8.522)	-	11.178
		44.838	718	30.278	2.113	-	(7.380)	2.681	(2.597)	(23.525)	-	47.126
Circulante		15.764										18.410
Não circulante		29.074										28.716
		44.838										47.126
31/12/2022												
	Arrendamentos	31/12/2022	Combinação de negócios	Adições	Reajuste	Amortização	Baixas	Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Ajuste de Conversão	31/12/2023
Direito de uso com arrendamentos												
Imóveis		37.781	-	34.003	102	(14.602)	(22.960)	-	-	-	-	34.324
Equipamentos e veículos		2.662	-	21.621	-	(5.093)	(5.663)	-	-	-	-	13.822
		40.443	-	55.624	102	(19.695)	(28.623)	-	-	-	-	48.146
Passivos de arrendamentos												
Imóveis		35.930	-	32.836	495	-	(22.975)	1.048	(1.025)	(13.496)	-	32.803
Equipamentos e veículos		3.651	-	21.621	56	-	(5.632)	373	(373)	(4.907)	(2.754)	12.035
		39.581	-	54.457	551	-	(28.607)	1.421	(1.398)	(18.403)	(2.754)	44.838
Circulante		11.779										15.764
Não circulante		27.802										29.074
		39.581										44.838

15.3. Fluxo de amortização do direito de uso

O fluxo de amortizações dos direitos de uso previstos até o final dos contratos de arrendamento pode ser assim demonstrado:

	Direito de uso	Consolidado 31/12/2024
2025		20.615
2026		12.553
2027		8.523
2028		7.179
Após 2028		3.527
		52.397

15.4. Fluxo de pagamento e apropriação de juros do passivo de arrendamento

O fluxo de amortizações, pagamentos e apropriação de juros sobre os passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado		
	Passivos de arrendamento	Fluxo de pagamentos (nominal)	Passivo de arrendamento
2025		20.549	18.410
2026		13.306	11.903
2027		8.970	8.102
2028		7.465	7.028
Após 2028		1.920	1.683
		52.210	47.126

16. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS E OPERAÇÕES ANTECIPADAS

Os saldos de fornecedores e subempreiteiros são representados substancialmente por fornecedores de serviços, insumos de construção e equipamentos utilizados nas obras executadas pela Companhia, no Brasil e no exterior. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos de fornecedores e subempreiteiros são de R\$ 5.642 (R\$1.727 em 31 de dezembro de 2023), na Controladora e R\$ 1.176.404 (R\$922.428 em 31 de dezembro de 2023), no Consolidado.

Operações antecipadas

A Companhia e suas controladas buscam estender os prazos de pagamento acordados com seus principais fornecedores através de negociação. Para minimizar os impactos no fluxo de caixa desses fornecedores, a Companhia e suas controladas celebram contratos com instituições financeiras, permitindo a antecipação dos valores a receber por parte dos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da antecipação de fornecedores no consolidado é de R\$20.070 (comparado a R\$14.953 em 31 de dezembro de 2023). O valor antecipado pelos fornecedores, descontado, permanece registrado na rubrica de fornecedores a pagar até a sua liquidação.

Quando a Companhia e suas controladas utilizam de operações de *confirming* para liquidação de fornecedores, as despesas financeiras que incidentes sobre o pagamento, são reembolsadas aos fornecedores. Nesse momento, a despesa financeira da operação é reconhecida no resultado da Companhia.

17. DEBÊNTURES

17.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente títulos de dívida emitidos na data de sua emissão ou na data de negociação em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente considera a apropriação dos juros contratuais acordados, eventuais ajustes cambiais, quando aplicáveis, e as respectivas liquidações. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou liquidadas, e utiliza a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Considerando as características contratuais e o modelo de negócio adotado pela Companhia, todas as debêntures, em 31 de dezembro de 2024, estão classificadas como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

17.2. Composição

Controladora

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série (a)	R\$	DI + 135,00%	DI + 135,00%	204.213	177.651
				204.213	177.651
Circulante				204.213	-
Não circulante				-	177.651
				204.213	177.651

Consolidado

	Moeda	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série AGSA (a)	R\$	DI + 135,00%	DI + 135,00%	204.213	177.651
Debêntures 1ª Emissão AGPAR (b)	R\$	TJLP + 1,65%	TJLP + 1,65%	282.684	279.367
Debêntures 1ª Emissão CONSAG (c)	R\$	-	DI + 100% + 5,00%	-	32.384
Debêntures 2ª Emissão CONSAG (c)	R\$	DI + 100% + 8,50%	DI + 100% + 8,50%	85.914	87.274
				572.811	576.676
Circulante				272.680	74.647
Não circulante				300.131	502.029
				572.811	576.676

- (a) Em 15 de agosto de 2018, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, captando o valor original de R\$348.370, correspondente a 348.370 (trezentos e quarenta e oito mil, trezentas e setenta) debêntures. O montante da segunda série foi quitado em setembro de 2022. As debêntures da primeira série possuem vencimento contratual previsto para 2025.
- (b) Em Assembleias realizadas em 21 de dezembro de 2010 e 23 de setembro de 2011, a Administração da Companhia aprovou a 1ª Emissão Privada de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia, sendo o subscritor o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), tendo como banco operador o Banco da Amazônia e tendo como gestor a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). Foram emitidas 263.424.210 debêntures, escriturais, divididas em quatro séries, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$282.684 (R\$279.367 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) Em agosto de 2023, a Companhia efetuou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional. A emissão ocorreu em duas séries, com valor unitário de R\$1.000,00 (Um mil reais). Essa emissão foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2023.

17.3. Movimentação

Controladora

	31/12/2023	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2024
Debêntures 5ª Emissão - 1ª Série	177.651	-	-	-	26.562	204.213
	177.651	-	-	-	26.562	204.213

	31/12/2022	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2023
Debêntures 4ª Série	150.547	-	-	-	27.104	177.651
	150.547	-	-	-	27.104	177.651

Consolidado

	31/12/2023	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2024
Debêntures 5ª Emissão AGSA	177.651	-	-	-	26.562	204.213
Debêntures 1ª Emissão AGPAR	279.367	-	(2.358)	(17.729)	23.404	282.684
Debêntures 1ª Emissão CONSAG	32.384	-	(32.364)	(2.183)	2.163	-
Debêntures 2ª Emissão CONSAG	87.274	-	(6.930)	(11.173)	16.743	85.914
	576.676	-	(41.652)	(31.085)	68.872	572.811

	31/12/2022	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros apropriados	31/12/2023
Debêntures 5ª Emissão AGSA	150.547	-	-	-	27.104	177.651
Debêntures 1ª Emissão AGPAR	293.302	-	(5.295)	(33.367)	24.727	279.367
Debêntures 1ª Emissão CONSAG	-	54.000	(21.626)	(2.762)	2.772	32.384
Debêntures 2ª Emissão CONSAG	-	81.000	-	-	6.274	87.274
	443.849	135.000	(26.921)	(36.129)	60.877	576.676

17.4. Cronograma de vencimento das debêntures

Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
2025	204.213	177.651
	204.213	177.651

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	74.647
2025	272.680	243.719
2026	68.400	66.068
2027	54.554	53.040
Após 2027	177.177	139.202
	572.811	576.676

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

18.1. Política contábil

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida na data em que são originados ou na data de negociação, quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A mensuração subsequente considera a apropriação dos juros pactuados, eventuais atualizações de câmbio, quando aplicável, e as respectivas liquidações. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas, utilizando a data de liquidação como critério de contabilização. Os custos de transação, quando incorridos, são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado ao longo do período de vigência dos contratos. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio adotado pela Companhia, todos os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024, estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

18.2. Composição

Controladora				Taxas médias ponderadas (a.a.)			
Natureza	Modalidade	Moeda ¹	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Empréstimos com garantia	Capital de giro (b)	R\$	100,00% DI + 41,00%	-	160.792	-	
					160.792	-	

Consolidado

	Natureza	Modalidade	Moeda ¹	Taxas médias ponderadas (a.a.)		31/12/2024	31/12/2023
				31/12/2024	31/12/2023		
Moeda nacional							
Empréstimos com garantia	Capital de giro (b)		R\$	100,00% DI + 41,00%	-	160.792	-
Empréstimos com garantia	Capital de giro		R\$	100,00% DI + 0,36%	100,00% DI + 0,36%	80.481	68.859
Empréstimos com garantia	Capital de giro		R\$	100,00% DI + 6,36%	100,00% DI + 5,50%	93.568	39.109
Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo		R\$	100,00% DI + 6,23%	100,00% DI + 12,41%	82.107	62.513
Empréstimos com garantia	Capital de giro		R\$	100,00% DI + 8,92%	133,34% DI + 5,12%	39.292	169.886
Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo		R\$	14,48%	13,50%	7.027	14.335
						463.267	354.702
Moeda estrangeira							
Empréstimos com garantia	Bonds (a)		US\$	10,00%	10,00%	2.600.915	2.238.916
Empréstimos com garantia	Capital de giro		US\$	5,73%	5,73%	124.830	92.231
Empréstimos com garantia	Capital de giro		US\$	11,50%	11,50%	54.115	52.477
Empréstimos com garantia	Capital de giro		XAF	9,70%	9,70%	95.195	74.162
Empréstimos com garantia	Capital de giro		EUR	0,37%	0,37%	41.762	22.286
Empréstimos com garantia	Capital de giro		US\$	12,00%	12,00%	157	323
Financiamentos com garantia	Financiamento de ativo fixo		COP\$	14,34%	-	273	-
						2.917.247	2.480.395
Total dos empréstimos e financiamentos						3.380.514	2.835.097
Circulante						812.393	385.936
Não circulante						2.568.121	2.449.161
						3.380.514	2.835.097

¹R\$ = Real; US\$ = U.S. Dollar; EUR = Euro; XAF = Central African CFA franco; COP\$ = Peso Colombiano.

Indexadores

Taxa DI – Certificado de Depósito Interbancário, representando aproximadamente 12,15% a.a. em 31 de dezembro de 2024.
 TJLP – Taxa de juros de longo prazo, representando aproximadamente 7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2024.

- (a) A AGSA, por meio de sua subsidiária Andrade Gutierrez *International*, chegou a um acordo com os detentores dos direitos sobre os Bonds registrados na AGIT. Em 2022, foram emitidos novos bonds totalizando US\$ 413 milhões, com vencimento em 2029, e US\$ 63 milhões, com vencimento em 2040. As taxas de juros são de 9,00%/10,50% a.a. para os bonds de 2029 e 1,00% a.a. para os de 2040. Desta forma, os *bonds* internacionais com vencimentos em 2021 e 2024 foram cancelados e substituídos por novos bonds com vencimentos em 2029 e 2040 a uma taxa de juros reduzida. O montante da dívida renegociada está registrado na empresa AGIT, controlada direta da AGSA e em 31 de dezembro de 2024 seu saldo é de R\$2.600.915.
- (b) Em 31 de março de 2024, a Companhia formalizou um instrumento particular de assunção de dívidas, recebendo as cédulas de crédito bancário (CCB's) em favor do banco BTG Pactual S.A., de sua controlada indireta AG Engenharia S.A., por meio da criação de contas por receber.

18.3. Movimentação

Controladora

	Capital de giro
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Captações (a)	144.158
Juros apropriados	16.634
Saldo em 31 de dezembro de 2024	160.792

- (a) Em 31 de março de 2024, a Companhia formalizou um instrumento particular de assunção de dívidas, recebendo as cédulas de crédito bancário (CCB's) em favor do banco BTG Pactual S.A., de sua controlada indireta AG Engenharia S.A., por meio da criação de contas por receber.

Consolidado

	Capital de giro	Financiamento de ativo fixo	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	481.964	97.468	2.366.836	2.946.268
Captações	242.125	12.028	-	254.153
Pagamentos de principal	(272.012)	(33.477)	-	(305.489)
Pagamentos de juros	(16.137)	(14.006)	(99.793)	(129.936)
Juros apropriados	48.452	14.835	197.005	260.292
Variação Cambial	(33.917)	-	(169.358)	(203.275)
Transferências	68.858	-	(68.858)	-
Custo de transação	-	-	13.084	13.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	519.333	76.848	2.238.916	2.835.097
Captações	309.399	41.812	-	351.211
Pagamentos de principal	(194.890)	(29.515)	-	(224.405)
Pagamentos de juros	(19.724)	(11.755)	(105.567)	(137.046)
Juros apropriados	79.703	12.017	198.345	290.065
Variação cambial	51.871	-	638.129	690.000
Ajuste a valor justo	-	-	(368.908)	(368.908)
Adjudicação terreno de Manaus	(55.500)	-	-	(55.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	690.192	89.407	2.600.915	3.380.514

18.4. Cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
2025	160.792	-
	160.792	-

Consolidado

	31/12/2024	31/12/2023
2024 (a)	117.116	385.936
2025	695.277	179.921
2026	52.268	19.985
2027	18.101	2.249.255
2028	8.663	-
Após 2028	2.489.089	-
	3.380.514	2.835.097

(a) A controlada direta AG International deixou de realizar o pagamento de juros no montante de USD 18.913, com vencimento em 30 de dezembro de 2024, configurando um evento de inadimplemento (*default*).

18.5. Covenants

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía *covenants* financeiros em contratos nas quais atua como garantidora das obrigações. As cláusulas de *covenants* destes contratos referem-se principalmente a limitações com partes relacionadas, obrigação a amortização parcial da dívida com recursos proveniente da venda de ativos, observância de requisitos de Compliance, exigência de apresentação das demonstrações financeiras anuais auditadas e relatório trimestrais aos detentores da dívida. A Companhia e suas controladas estão em conformidade com todos os itens de *covenants* mencionados acima.

Em relação a parcela vencida dos Bonds, a Administração encontra-se em tratativas com os credores visando a uma eventual repactuação da obrigação. Até a presente data, não há expectativa de que tal situação resulte em perdas para a Companhia.

18.6. Avais e garantias

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A., a Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A., a AG Construções e Serviços S.A., a INZAG Germany GmbH e a Zagope SGPS S.A., são garantidoras das Notas com vencimento em 2029, sendo a garantia da Zagope limitada a US\$50 milhões.

A Andrade Gutierrez Engenharia S.A. também é garantidora das notas com vencimento em 2040. Estas garantias estão sujeitas a *covenants* restritivos, incluindo: limitação de endividamento, transações com partes relacionadas, alienação, restrição de pagamentos e venda de ativos.

19. PARTES RELACIONADAS

19.1. Composição

As transações entre a Companhia e suas controladas e controladora são realizadas em condições negociadas entre as partes, representadas por operações financeiras e comerciais, cujos resultados financeiros poderiam ser diferentes caso fossem realizadas com terceiros. Os detalhes sobre os principais saldos de ativos e passivos são apresentados a seguir:

Controladora

	Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Controladas indiretas</i>					
Consag Engenharia S.A.	Nota de débito	-	67	-	66
		-	67	-	66
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladas diretas</i>					
Andrade Gutierrez Investimentos em Engenharia S.A.	AFAC	302.322	-	282.919	-
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Imobiliário S.A.	AFAC	3.120	-	2.299	-
Logimed Distribuidora Ltda	Mútuo	-	29.174	-	28.076
Telis Participações S.A.	AFAC	46	-	46	-
<i>AG International S.A. (a)</i>	Mútuo	-	1.440.569	-	1.047.950
Andrade Gutierrez Participações S.A.	Mútuo	-	223.806	-	223.966
<i>Moldavian Corporation INC</i>	Mútuo	-	40	-	31
<i>Controladas indiretas</i>					
Andrade Gutierrez Engenharia S.A.	Mútuo	-	73.534	-	37.792
Andrade Gutierrez Desenvolvimento Urbano S.A.	Mútuo	-	3.420	26	-
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	Mútuo	145.055	-	130.828	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A. (b)	Mútuo	13.873	-	12.513	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
ADPAR - Administradora Participações Ltda.	Mútuo	1.135	-	-	5.825
<i>Global Structured Solution</i>	Mútuo	-	90.909	-	66.087
<i>Plurum Capital Limited</i>	Mútuo	-	178.999	-	132.561
Outros (c)	Mútuo	6.614	338.374	629	283.461
		472.165	2.378.825	429.260	1.825.749

- (a) No ano de 2022, a Companhia realizou a renovação e o aditamento de seus contratos de mútuo com AG International, através da celebração de um *Master Loan Agreement* (“MLA”), consolidando e simplificando as posições financeiras mantidas pela Companhia e algumas de suas controladas junto à AG International. O referido MLA foi estabelecido com o objetivo de alinhar as condições dos *bonds* emitidos pela AG International.
- (b) Refere-se a contratos de mútuo com as referidas controladas em conjunto indiretas, com vencimento em 2026 e remuneração de 100% do CDI.
- (c) Refere-se, substancialmente, a contratos de mútuo com acionistas da Companhia.

Consolidado

	Natureza	31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo (Passivo) Circulante					
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Contas receber/pagar, líquidas - consórcios (a)	Nota de débito/crédito	-	-	68.881	41.253
Inzag Germany GMBH	Mútuo	-	32.180	-	-
Outras partes relacionadas	Outros	955	67	213	109
		955	32.247	69.094	41.362
Ativo (Passivo) Não Circulante					
<i>Controladas em conjunto indiretas</i>					
<i>Evolua Energia Participações S.A.</i>	AFAC	7.566	-	-	-
<i>SPE Holding Beira Rio S.A.</i>	AFAC	3.609	-	-	-
UNICON - União de Construtoras LTDA.	AFAC	2.744	-	2.744	-
Torres Eólicas do Nordeste S.A.	Mútuo	56.586	-	51.129	-
Parque da Lagoa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	Mútuo	145.055	-	130.828	-
Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.	Mútuo	13.873	-	12.513	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Contas receber/pagar, líquidas - consórcios (a)	Nota de crédito	32.940	-	290.590	170.664
ADPAR - Administradora Participações Ltda.	Mútuo	1.135	5.919	-	11.723
Companhia Operadora de Rodovias (b)	Nota de débito	-	-	3.078	-
INZAG BRASIL PARTICIPAÇÕES	Contas a receber	7.865	-	6.489	-
Inzag Germany Sucursal Angola/Gana	Contas a receber	4.691	41.756	1.664	40.525
IZG INVEST UNIPESOAAL LDA	Contas a receber	4.008	-	3.086	-
MOZAG LDA	Nota de crédito	4.088	-	2.954	-
Global Structured Solution	Mútuo	-	90.909	-	66.087
Plurum Capital Limited	Mútuo	-	178.999	-	132.561
Outros	Mútuo	6.707	384.880	5.424	287.134
		290.867	702.463	510.499	708.694

- (a) Esses saldos referem-se a desequilíbrios econômico-financeiros existentes na relação entre a o Grupo AG e os demais parceiros dos consórcios de construção.
- (b) Refere-se a repasse de custos de pessoal entre o consórcio COPER e a consorciada Companhia Operadora de Rodovias.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

A composição dos saldos de impostos a recolher está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Parcelamento ordinário (a)	11.334	7.704	573.812	337.789
IR/CS	-	-	191.320	375.955
Impostos a pagar no exterior	-	-	119.312	98.905
Outros	496	156	30.202	42.643
IRRF	56	202	18.090	16.020
PIS e COFINS	149	141	11.136	8.581
CPRB (b)	-	-	3.257	2.839
Programas de regularização tributária - PRT e PERT	-	-	3.227	2.847
Parcelamento Lei nº 11.941/09 (c)	-	-	3.159	-
PIS/COFINS/CSLL retido de terceiros	94	43	1.271	1.259
	12.129	8.246	954.786	886.838
Circulante	4.080	3.044	379.958	333.070
Não circulante	8.049	5.202	574.828	553.768
	12.129	8.246	954.786	886.838

- (a) A Companhia e suas controladas solicitaram o parcelamento Ordinário/Simplificado previsto na Lei nº10.522/2002, dentro dos limites permissivos na legislação vigente, para quitar débitos vencidos. O saldo do parcelamento é atualizado pela SELIC e será quitado em até 60 parcelas mensais e consecutivas.
- (b) Refere-se à Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, a qual abrange os pagamentos da contribuição previdenciária do empregado em substituição ao INSS sobre a folha de pagamento, conforme estabelecido no artigo 8º da Lei nº 12.546/11.
- (c) Considerando os termos e vantagens oferecidos pelo programa de refinanciamento proporcionado pela Lei nº 11.941/09, a Companhia optou pelo parcelamento de débitos tributários que estavam sendo objeto de discussão judicial e administrativa. Os débitos são atualizados pela taxa SELIC e está sendo pagos em parcelas mensais e consecutivas.

21. PROVISÕES PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS E CAUÇÕES

21.1. Política contábil

Provisões para riscos

A Companhia e suas controladas revisa periodicamente suas provisões para riscos. Estas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, considerando a opinião de seus advogados e assessores jurídicos, que concluem pela existência de risco provável de que recursos financeiros serão exigidos para liquidar as obrigações, e que o montante possa ser razoavelmente estimado. Os valores das provisões para riscos são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

A Administração monitora periodicamente o desenvolvimento desses processos e, com base na opinião de seus assessores jurídicos e nas políticas internas, constitui novas provisões sempre que surgem novos processos com prognóstico de perda provável ou há uma mudança desfavorável na estimativa de perda. Por se tratar de uma revisão de estimativa, todos os ajustes, positivos e negativos, nos saldos de provisões para riscos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que tal mudança é identificada, sem que ocorram alterações nos resultados previamente divulgados.

Podem existir processos judiciais para os quais a Companhia não reconhece provisão para risco em suas demonstrações financeiras. Este cenário ocorre, conforme determinado pelo CPC 25, quando a avaliação dos assessores jurídicos conclui que os riscos de perda são: a) possíveis, exigindo apenas a divulgação em nota explicativa; ou b) remotos, para os quais não são exigidas quaisquer provisões ou divulgações.

Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados principalmente ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade, periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração constituiu as provisões trabalhistas com base na opinião de seus advogados e assessores jurídicos, além do histórico dos desfechos dessas demandas.

Provisões cíveis

A Companhia é parte em processos cíveis referentes a danos morais e materiais requeridos por terceiros e funcionários em função de danos causados por execução de obras e acidentes de trabalho. A Administração constituiu essas provisões com base na opinião dos assessores jurídicos.

Provisões tributárias

A Companhia possui autos de infração em função de ter considerado como dedutíveis certas despesas que seriam consideradas não dedutíveis na apuração do imposto de renda e contribuição social, bem como imposto de renda na fonte sobre referidas despesas, conforme apresentado no item 21.2.

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis, fiscais e previdenciários da Companhia dos últimos 5 anos e 30 anos para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS encontram-se abertos para eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais.

A Administração da Companhia entende que, em caso de eventual fiscalização, não haverá questionamentos que envolvam desembolsos significativos além da provisão registrada.

Depósitos judiciais e cauções

A Companhia e suas controladas estão contestando a legalidade de certas obrigações ou ações judiciais movidas contra elas. Em decorrência dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores correspondentes são depositados em juízo, não configurando liquidação de passivo. Esse procedimento visa permitir que a Companhia e suas controladas prossigam com os processos. Nesses casos, embora os depósitos permaneçam com ativos da Companhia e de suas controladas, os valores só são liberados mediante decisão judicial definitiva e favorável.

21.2. Composição

Essas provisões são consideradas suficientes pela Administração para cobrir prováveis perdas. As variações da provisão para riscos por tipo legal em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas abaixo:

Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2023					Provisões em 31/12/2024		Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2024
	31/12/2023	Adições	Reversão	Transferências	Variação cambial	31/12/2024			
Trabalhistas	67.581	20.326	(35.511)	8.736	92	61.224	38.129	23.095	
Cíveis	110.910	30.894	(15.301)	19.139	6.172	151.814	109	151.705	
Tributárias	118.941	13.222	(9.586)	(13.655)	28.377	137.299	3.691	133.608	
Outros	20.337	248	(1.063)	(14.220)	3.606	8.908	-	8.908	
TOTAL	317.769	64.690	(61.461)	-	38.247	359.245	41.929	317.316	

Consolidado

Natureza das provisões	Provisões em 31/12/2022					Provisões em 31/12/2023		Depósitos judiciais	Exposição líquida em 31/12/2023
	31/12/2022	Adições	Reversão	Transferência	Variação cambial	31/12/2023			
Trabalhistas	83.782	52.942	(69.092)	(27)	(24)	67.581	43.117	24.464	
Cíveis	89.219	28.785	(1.242)	-	(5.852)	110.910	4.239	106.671	
Tributárias	117.064	6.755	-	-	(4.878)	118.941	15.874	103.067	
Outros	9.734	11.697	(682)	-	(412)	20.337	721	19.616	
TOTAL	299.799	100.179	(71.016)	(27)	(11.166)	317.769	63.951	253.818	

21.3. Passivos contingentes

O Grupo AG é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus advogados e assessores legais, internos e externos, e conforme determinação do CPC 25, não constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários ou cíveis, por entender que os riscos de perda não são prováveis, mas possíveis. Os processos cujo riscos de perda sejam possíveis referem-se, principalmente, a ações civis públicas, especialmente por atos de improbidade, ações relacionadas a licitações e seus desenvolvimentos e outras ações judiciais movidas por terceiros que se relacionam, ou relacionaram, com a Companhia e suas controladas na execução de seus projetos de engenharia. Em 31 de dezembro de 2024, os processos cuja probabilidade de perda é considerada como possível totalizam R\$625.561 no Consolidado (R\$906.629 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Os advogados e assessores jurídicos da Companhia e suas controladas monitoram permanentemente a situação desses riscos, revisando seus prognósticos em relação ao desfecho final dessas sentenças, quando necessário.

21.4. Ação Civil Pública

Ação Civil Pública número 0022800-92.2002.8.26.0053 (anteriormente 053.02.022800-0), proposta em 28 de agosto de 2002 pelo Ministério Público Estadual de São Paulo em face de Andrade Gutierrez e outros, visando declarar a invalidade da concessão 007/CIC/97 e o contrato celebrado por um consórcio e o Estado de São Paulo. As empresas réis apresentaram sua defesa inicial e, em agosto de 2017, o tribunal extinguiu a ação em razão da chamada prescrição intercorrente. O Ministério Público apelou dessa decisão, e em junho de 2019 foi dado provimento à apelação para afastar a prescrição e determinar o retorno dos autos à primeira instância. Em 26 de julho de 2019 o Estado pediu saneamento do feito e insistiu na ocorrência de cartel. Em 18 de fevereiro de 2020 o processo retornou à 1ª instância e vai se iniciar a fase de perícia.

22. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

22.1. Política contábil

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Prejuízos fiscais podem ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do exercício. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço, e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes utilizadas para o cálculo dos impostos. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas sobre as diferenças temporárias quando elas se reverterem, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentado em projeções internas da Companhia.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exigível de compensar ativos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando se referem a impostos sobre a renda cobrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais esses prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizado, limitado a 30% do lucro tributável anual.

22.2. Conciliação da alíquota efetiva

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	691.649	(984.350)	(13.994)	(941.707)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro nominais	(235.161)	334.679	4.758	320.180
(Adições) exclusões permanentes:				
Despesas indedutíveis	29.451	34.136	30.700	(79.760)
Prejuízos fiscais não constituídos por filiais	-	-	(12.469)	(27.406)
Lucros em coligadas/controladas e sucursais no exterior	-	-	(64.085)	(87.899)
Resultado de equivalência patrimonial	425.745	(295.712)	302.353	(94.945)
Outros rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-	2.308	9.403
Utilização Prejuízo Fiscal	-	-	(13.426)	-
Desconto de juros e multas em transação tributária (a)	-	-	44.455	-
Outras adições (exclusões)	-	-	9.808	6.345
Créditos tributários não constituídos	(220.035)	(73.103)	(270.810)	(88.567)
Constituição de prejuízo fiscal de anos anteriores (b)	-	-	679.160	-
	235.161	(334.679)	707.994	(362.829)
Tributos sobre o lucro efetivos apurados	-	-	712.752	(42.649)
Corrente	-	-	(32.889)	(43.157)
Diferido	-	-	745.641	508
	-	-	712.752	(42.649)
Alíquota efetiva de IR/CS para o exercício	-	-	5093,27%	-4,53%

- (a) Ganho referente a renegociação de débitos tributários com a União firmada junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em novembro de 2024 da controlada AG Participações S.A.
- (b) A AG Participações S.A., juntamente com sua controlada AGC Energia reconheceram ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, que não haviam sido constituídos no passado em razão da ausência de expectativa consistente de sua utilização. Em 2024, em função da renegociação dos débitos tributários junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), bem como demais acordos firmados no âmbito do Grupo Andrade Gutierrez, passou-se a considerar viável a realização desses créditos fiscais no contexto do grupo econômico.

22.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A natureza dos impostos diferidos ativos e passivos da Companhia são detalhados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ativo		
Perdas de crédito esperadas (a)	78.049	79.297
Provisão Participações Empregados	2.349	-
Provisão para riscos e contingências	57.228	61.791
Crédito de prejuízo fiscal / base de calculo negativa (b)	633.740	504.727
Variação cambial pelo regime de caixa (c)	96.602	-
Variação cambial líquida de investimento líquido no exterior (d)	634.691	501.180
Impairment de imobilizado	5.435	5.435
Ajuste receita POC CPC 47	38.593	30.121
Outros	72.190	62.709
	1.618.877	1.245.259
Passivo		
Amortização deságio (e)	20.407	20.407
Diferimento do lucro de obras públicas (f)	5.262	5.262
Ajuste Valor Justo Propriedades para Investimento	3.622	3.737
Variação cambial pelo regime de caixa (c)	64.707	41.659
CSLL sobre atualização monetária de títulos públicos (g)	48.278	48.278
Ajuste arrendamento - CPC 06	13.448	14.991
Ajuste receita POC CPC 47	13.460	-
Instrumento financeiro líquido	2.558	-
Ajuste a valor justo de passivos financeiros	162.186	-
	333.928	134.334
Total líquido ativo	1.284.949	1.110.925
Composição:		
Posição líquida ativa:	1.286.409	1.112.119
Posição líquida passiva:	1.460	1.194
Total líquido	1.284.949	1.110.925

- (a) O valor constituído, referente à provisão para perdas de crédito esperadas, limitou-se ao montante de créditos baixados que não atenderam aos pré-requisitos de dedutibilidade estabelecidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos mensurados sobre o lucro ou prejuízo fiscal. Considerando a legislação tributária brasileira, o lucro ou prejuízo fiscal pode ser diferente do lucro ou prejuízo líquido apresentado na demonstração do resultado destas demonstrações financeiras.
- (c) A Companhia optou por tributar as variações cambiais sobre suas operações em moeda estrangeira pelo regime de caixa.
- (d) A Companhia passou a registrar, em 2015, os tributos diferidos decorrentes da variação cambial dos investimentos líquidos no exterior, diretamente no patrimônio líquido, os quais estão demonstrados na rubrica “outros resultados abrangentes”.
- (e) Amortização de deságio apurado na aquisição de controlada cuja tributação ocorrerá quando a empresa adquirida for alienada e lucro ou prejuízo não realizado em operações com derivativos.
- (f) Refere-se ao saldo de Contribuição Social sobre o lucro líquido diferido sobre atualizações monetárias do precatório emitido sobre dívida pública a receber, conforme informado na nota explicativa.
- (g) Refere-se ao diferimento de receitas de contratos governamentais, conforme previsto no Regulamento do Imposto sobre a Renda de 2018.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e as suas controladas consideram o impacto das incertezas relacionadas às posições tributárias assumidas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros devem ser feitos. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto, com base na avaliação de vários fatores, incluindo interpretações das leis tributárias e experiência passada. Essa avaliação é feita com base em estimativas e premissas que podem exigir julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem surgir, o que pode exigir que a Companhia e suas controladas alterem seu julgamento sobre a adequação da provisão existente; essas mudanças impactarão as despesas de imposto de renda no ano em que forem realizadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nas projeções de resultados elaborados internamente, conseguirá utilizar esses créditos fiscais com resultados futuros da operação.

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Órgãos federais e estaduais - acordos civis para ressarcimento (a)	-	-	1.398.477	2.046.240
Órgãos administrativos - contribuição pecuniária (b)	-	-	380.136	342.284
Demais obrigações - acordos e despesas judiciais (c)	-	-	112.022	121.475
Perdas indenizáveis (d)	-	-	60.516	56.981
Outros	11.962	10.336	191.881	175.885
	11.962	10.336	2.143.032	2.742.865
Circulante	8.741	6.979	97.598	218.345
Não circulante	3.221	3.357	2.045.434	2.524.520

A AG Engenharia, controlada indireta, celebrou acordos de colaboração com autoridades públicas brasileiras em decorrência das investigações da 'Operação Lava Jato'. Esses acordos reduziram incertezas sobre sanções legais, proporcionando maior previsibilidade ao fluxo de caixa. Conforme estabelecido, os pagamentos são responsabilidade da AGIE.

- Valor referente aos acordos celebrados com o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito do Acordo de Leniência, bem como aos acordos firmados com a Advocacia-Geral da União (AGU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e os Ministérios Públicos Estaduais. Em 2024, com a assinatura do termo aditivo junto à AGU e à CGU, a Companhia ratificou seu compromisso de pagamento, estabelecendo um novo cronograma para quitação dos valores devidos. Como consequência desse acordo, o saldo apresentado encontra-se deduzido do crédito de prejuízo fiscal no montante de R\$613.956.
- A AG Engenharia firmou com a autoridade antitruste brasileira (Conselho Administrativo de Defesa Econômica ou ("CADE") 9 (nove) Acordos de Leniência e 16 (dezesesseis) Termos de Compromisso de Cessação ("TCCs").
- Referente às obrigações de pagamento, relacionadas às despesas com as investigações da operação "Lava Jato", manutenção dos acordos firmados, bem como gastos advocatícios da Companhia e de seus ex-executivos. As parcelas são reajustadas pelo índice de variação do CDI, ocorrido entre a data dos contratos e as datas dos pagamentos das parcelas.
- Como parte do acordo de venda das ações da CCR para Votorantim e Itaúsa, celebrado em 5 de julho de 2022, foi firmado em 31 de outubro de 2023 instrumento contratual que prevê o pagamento, pela controladora Andrade Gutierrez Participações S.A., de perdas indenizáveis no valor de R\$ 50.363.953,77 aos adquirentes. O valor será pago em 30 parcelas mensais consecutivas, ajustadas pela variação acumulada da SELIC a partir de 31 de dezembro de 2022, com vencimento da primeira parcela em 5 de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo registrado corresponde a R\$ 43.462 (R\$ 56.981 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, em decorrência da conclusão dessa venda, foi acordado o pagamento de participação nos resultados da venda a administradores e colaboradores da Companhia, no montante de R\$ 17.054.

Com o objetivo de fortalecer a transparência e a ética nas relações com clientes, fornecedores, autoridades públicas e sociedade, a Companhia e suas controladas mantêm seu Programa de Integridade e Compliance. O programa mencionado baseia-se nos dois pilares "Compromisso da liderança" e "Treinamento e comunicação". Assim, esse Programa garante que as Políticas e Atividades de Compliance da Companhia e suas controladas sejam comunicadas aos colaboradores e outras partes interessadas com forte apoio da administração.

Adicionalmente, nesta matéria, a Companhia alcançou importantes reconhecimentos dados por entidades de certificação internacional independentes, em relação ao seu Sistema de Gerenciamento de Conformidade (norma ISO 19.600) e em relação ao seu Sistema de Gerenciamento Anti-suborno (norma ISO 37.001).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é composto por um total de 2.000.000 ações, entre ordinárias e preferenciais, nominativas, com valor nominal de R\$1,00 por cada ação. O capital social da Companhia é composto conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ações mil	%	Ações mil	%
Administradora Sant'Ana LTDA.	667	33,333	667	33,333
Administradora São Miguel S.A.	667	33,333	667	33,333
Administradora Santo Estevão S.A.	666	33,333	666	33,333
Outros (a)	0	0,001	0	0,001
	2.000	100,000	2.000	100,00

(a) Quantidade total de ações inferior a 1.000.

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

24.3. Resultados abrangentes

Conforme indicado na demonstração dos resultados abrangentes, o saldo se refere a: (i) variação cambial apurada em investimentos em controladas e coligadas no exterior, decorrente de conversão das demonstrações financeiras para a moeda de apresentação da Companhia (Reais); (ii) variação cambial sobre os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira com controladas do exterior, reconhecidos como investimentos líquido no exterior, bem como o efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e (iii) ganho e perda sobre variação no percentual de participação de investidas.

25. RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS E VENDAS

25.1. Política contábil

Receita dos contratos de construção

O reconhecimento das receitas nos contratos de construção da Companhia e suas controladas ocorrem conforme as premissas estabelecidas pelo CPC 47, as principais premissas são como segue:

- Quando baseadas no orçamento estimado para conclusão de cada projeto, são respeitadas as obrigações de desempenho contratualmente identificadas. Este orçamento é elaborado e revisado periodicamente por profissionais de engenharia habilitados para precificar os custos e as receitas do contrato ao longo do tempo.
- Quando o orçamento de um contrato de construção é estimado com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato. Esta metodologia é comumente conhecida como "POC" (*percentage of completion*).
- Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

- Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, exceder o valor total faturado ao cliente, a diferença é reconhecida na rubrica “contas a receber de clientes”, classificado como “serviços a faturar”, conforme apresentado no *aging list* de contas a receber, na nota explicativa nº 6.
- Quando a receita reconhecida, considerando o custo incorrido, for inferior ao valor total das notas fiscais emitidas contra o cliente, esta diferença é reconhecida na rubrica “adiantamentos de clientes”, classificado como “serviços a prestar”.

Contratos de remuneração por administração

Nos contratos executados sob a forma de “Contratos com Remuneração por Administração”, as taxas de remuneração previamente acordadas, são aplicadas sobre as medições apresentadas e aprovadas pelos clientes. Nesse tipo de contrato, a receita é reconhecida quando a medição é aprovada pelo cliente, considerando os gastos incorridos na execução das etapas dos projetos e quando as obrigações de desempenho acordadas com o cliente são atendidas.

Contratos por preço unitário

Em contratos por preço unitário, a receita também é reconhecida quando a medição é aprovada pelo cliente, com base nos gastos incorridos e no avanço da obra, conforme previstos em contrato.

Receita de serviços de operação e manutenção

De acordo com o CPC 47, as receitas de serviços de operação e manutenção são reconhecidas com base no reconhecimento pelos clientes dos serviços prestados pela Companhia. Essas receitas representam um fluxo contínuo de direitos a receber pela prestação de serviços de manutenção de equipamentos e infraestrutura operacional construída nas instalações dos clientes.

Receita de vendas de mercadorias

A receita de venda de mercadoria é reconhecida quando a Companhia e suas controladas transferem para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. Essa receita é apresentada líquida de impostos sobre vendas na demonstração de resultado do exercício e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que os benefícios esperados para a Companhia e suas controladas e os custos possam ser razoavelmente mensurados.

25.2. Composição

A composição da receita bruta líquida, conforme apresentada na demonstração do resultado do exercício, é detalhada da seguinte forma:

Consolidado	% da receita		% da receita	
	31/12/2024	bruta	31/12/2023	bruta
Receita bruta nacional	2.110.844	69,53%	2.022.922	68,50%
Receita bruta estrangeira	925.003	30,47%	930.395	31,50%
Receita bruta total de serviços e mercadorias	3.035.847	100,00%	2.953.317	100,00%
Impostos sobre serviços e mercadorias	(138.462)	-4,56%	(97.539)	-3,30%
Receita líquida de serviços e mercadorias	2.897.385	95,44%	2.855.778	96,70%

25.3. Faturamento direto de fornecedores

Em determinados contratos executados pelo Grupo AG, os fornecedores prestam serviços e/ou vendem materiais diretamente aos nossos clientes, dentro do escopo dos contratos assinados pela AG Engenharia, CONSAG e suas controladas, todas sob a responsabilidade e gerenciamento da Andrade Gutierrez.

Em dezembro de 2024, o total de receita faturada diretamente aos clientes por estes fornecedores foi de R\$529.101 (R\$317.210 em 2023). As receitas (ou custos) e contas a receber (ou a pagar) são reconhecidas diretamente pelas partes envolvidas, clientes e fornecedores, sem qualquer impacto na demonstração do resultado ou balanço patrimonial da Companhia.

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

26.1. Política contábil

Os custos e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, sendo registrados conforme sua relação com a realização das receitas. Despesas pagas antecipadamente que se relacionam a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

26.2. Composição

A composição dos custos e despesas por natureza podem ser demonstradas da seguinte forma:

Controladora

	31/12/2024	31/12/2023
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(10)	(21)
Depreciação e amortização	(148)	(147)
Salários e encargos sociais	(6.014)	(14.853)
Contratação de serviços de terceiros	(19.670)	(15.123)
Impostos, taxas e encargos	(44)	(15)
Outros	(12)	(150)
Total	(25.898)	(30.309)

Consolidado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Materiais aplicados	(419.635)	(25.714)	(405.739)	(37.049)
Depreciação e amortização	(65.077)	(23.954)	(77.238)	(22.245)
Salários e encargos sociais	(871.332)	(248.209)	(802.275)	(285.458)
Contratação de serviços de terceiros	(994.549)	(201.871)	(879.222)	(169.664)
Impostos, taxas e encargos	(15.757)	(18.003)	(3.210)	(24.332)
Gastos com viagens	(63.310)	(13.066)	(49.352)	(13.971)
Outros	(61.827)	(50.128)	(59.390)	(81.437)
Total	(2.491.487)	(580.945)	(2.276.426)	(634.156)

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido é composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Atualização monetária de ativos financeiros	-	-	14.242	559
Juros de aplicações financeiras	1	403	35.581	30.303
Juros sobre créditos com partes relacionadas	16.324	20.098	44.483	33.052
Acordo de Transação Tributária (a)	-	-	130.750	-
Ajuste a valor presente dos passivos financeiros	-	-	368.908	-
Outras receitas financeiras	847	6	37.985	870
	17.172	20.507	631.949	64.784
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(43.353)	(27.114)	(359.113)	(321.169)
Juros sobre débitos com partes relacionadas	(151.076)	(175.520)	(72.933)	(60.732)
Juros de mora e taxas sobre outros passivos financeiros	(92)	(996)	(139.186)	(336.525)
Atualização monetária sobre parcelamentos tributários	(4.046)	834	(114.723)	(100.414)
Outras despesas financeiras	(921)	(1.008)	(67.464)	(16.912)
	(199.488)	(203.804)	(753.419)	(835.752)
Variações cambiais, líquidas	(352.730)	98.998	(577.497)	217.369
Resultado financeiro, líquido	(535.046)	(84.299)	(698.967)	(553.599)

(a) A controlada direta Andrade Gutierrez Participações S.A. reconheceu, em novembro de 2024, ganho decorrente da renegociação de débitos tributários com a União, no âmbito de acordo firmado junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

28. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

28.1. Política contábil

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro ou prejuízo por ação diluído é calculado considerando a média ponderada das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no exercício apresentados. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

28.2. Resultado básico por ação

Considerando a média ponderada da quantidade de ações nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, o cálculo do resultado por ação é assim apresentado:

	Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultados atribuíveis aos proprietários da Companhia	691.649	(984.350)
Média ponderada das ações ordinárias	2.000	2.000
Resultados por ação - R\$	345,8245	(492,1750)

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração inicial

Os saldos a receber de clientes são inicialmente reconhecidos na data de origem. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas geralmente são realizadas pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componentes significativos de financiamento são mensurados inicialmente pelo preço da transação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

- Custo amortizado: quando mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando mantidos para obter fluxos de caixa contratuais, e para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: para ativos financeiros que não se enquadrem em nenhum dos critérios anteriores.

Passivos financeiros

- Custo amortizado: destinado ao reconhecimento de passivos financeiros não mantidos para negociação, não sejam derivativos e não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

Provisão para perdas em ativos financeiros (impairment)

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. A depender das alterações ocorridas na percepção de risco de crédito, a Companhia e suas controladas podem reconhecer perdas esperadas para a vida inteira do ativo ou perdas esperadas para os próximos doze meses.

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros segregados por categoria são como segue:

Controladora

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nível	Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	24	-	15	-
Créditos com partes relacionadas	1	305.488	166.677	285.919	143.341
Depósitos judiciais e cauções		-	76	-	69
		305.512	166.753	285.934	143.410
Passivos					
Debêntures a pagar		-	204.213	-	177.651
Fornecedores e subempreiteiros		-	5.642	-	1.727
Débitos com partes relacionadas	1	330.041	2.048.851	289.900	1.535.915
Empréstimos e financiamentos		-	160.792	-	-
		330.041	2.419.498	289.900	1.715.293

Consolidado

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nível	Valor contábil		Valor contábil	
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	1	113.246	517.569	176.656	114.227
Títulos e valores mobiliários		-	830.013	-	772.370
Contas a receber de clientes		-	1.853.115	-	1.571.449
Créditos com partes relacionadas	1	69.601	222.221	435.597	143.996
Depósitos judiciais e cauções		-	41.929	-	63.951
Propriedades para investimento	2	14.759	-	86.269	-
		197.606	3.464.847	698.522	2.665.993
Passivos					
Fornecedores e subempreiteiros		-	1.176.404	-	922.428
Fornecedores e subempreiteiros - antecipação		-	20.070	-	14.953
Debêntures a pagar		-	572.811	-	576.676
Empréstimos e Financiamentos	3	2.600.915	779.599	2.238.916	596.181
Passivos de arrendamentos		-	47.126	-	44.838
Débitos com partes relacionadas	1	74.003	660.707	195.440	554.616
Outros passivos		-	2.143.032	-	2.742.865
		2.674.918	5.399.749	2.434.356	5.452.557

Hierarquia de valor justo

Nível 1: Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e

Nível 3: Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos os instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- Análise de fluxos de caixa descontados.

b) Gerenciamento de riscos

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (i) Risco de capital, que é o risco de a Companhia garantir sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo; (ii) Risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado –como as taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros; (iii) Risco de liquidez, que compreende o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as

obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (iv) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

i. Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento.

Em 31 de dezembro de 2024, os índices de endividamento líquido são conforme demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	365.005	177.651	3.953.325	3.411.773
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(24)	(15)	(1.460.828)	(1.063.253)
Instrumentos financeiros	-	-	(7.522)	-
Dívida (caixa) líquida ("DL")	364.981	177.636	2.484.975	2.348.520
Patrimônio líquido ("PL")	(4.609.654)	(5.302.343)	(4.607.920)	(5.302.343)
DL / PL	-7,92%	-3,35%	-53,93%	-44,29%

ii. Gestão do risco de mercado

Exposição a riscos cambial

A Companhia está sujeito ao risco de moedas, por meio de sucursais, empresas controladas e investidas, presente em países da América Latina, Europa e África.

Análise de sensibilidade da exposição às taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas adotaram, como cenário provável, a taxa de câmbio "Ptax" de venda divulgada pelo Banco Centro do Brasil em 10 de fevereiro de 2025, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário provável, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente. Nestes termos, foi realizada análise de sensibilidade dos efeitos da variação das taxas de câmbio nos resultados da Companhia em cenários de oscilação das moedas estrangeiras frente à moeda nacional.

Operação	Risco ¹	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual	Cenário		
			Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Taxa de câmbio R\$/EUR	Taxa EUR	6,44	5,96	4,47	2,98
Taxa de câmbio R\$/USD	Taxa USD	6,19	5,78	4,34	2,89
Taxa de câmbio R\$/PEN	Taxa PEN	1,65	1,56	1,17	0,78
Taxa de câmbio R\$/XAF	Taxa XAF	0,01	0,01	0,01	0,00
Taxa de câmbio R\$/COP	Taxa COP	0,00	0,00	0,00	0,00

¹PEN = Novo Sol Peru; US\$ = U.S. Dollar; XAF = Central African CFA franco; EUR = Euro; COP = Peso Colombiano

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia e suas controladas ocorrem em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes câmbios:

Controladora		31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
Risco	Cenário Atual	Cenário			
		Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%	
Passivos expostos					
Débito com partes relacionadas	Câmbio EUR	40	3	4	4
Débito com partes relacionadas	Câmbio USD	1.710.477	113.833	142.291	170.749
Total exposição do Passivo		1.710.517	113.836	142.295	170.753
Exposição efeito líquido (resultado)			113.836	142.295	170.753

Consolidado		31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
Risco	Cenário Atual	Cenário			
		Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%	
Ativos expostos					
Caixa e equivalentes de caixa	Câmbio USD	87.999	(5.856)	(7.320)	(8.784)
Caixa e equivalentes de caixa	Câmbio EUR	22.146	(1.625)	(2.031)	(2.438)
Caixa e equivalentes de caixa	Câmbio XAF	1.869	138	173	207
Títulos e valores mobiliários	Câmbio USD	120.923	(8.047)	(10.059)	(12.071)
Títulos e valores mobiliários	Câmbio EUR	79.856	(5.859)	(7.324)	(8.789)
Crédito com partes relacionadas	Câmbio EUR	12.556	(921)	(1.151)	(1.382)
Crédito com partes relacionadas	Câmbio USD	8.096	(539)	(673)	(808)
Total exposição do Ativo		333.445	(22.709)	(28.385)	(34.065)
Passivos expostos					
Empréstimos e financiamentos	Câmbio USD	179.102	11.919	14.899	17.879
Empréstimos e financiamentos	Câmbio XAF	95.195	(7.013)	(8.766)	(10.520)
Empréstimos e financiamentos	Câmbio EUR	41.762	3.064	3.830	4.596
Empréstimos e financiamentos	Câmbio USD	2.600.915	173.092	216.365	259.638
Financiamento de ativo fixo	Câmbio COP	273	3	3	4
Débito com partes relacionadas	Câmbio EUR	41.756	3.063	3.829	4.595
Débito com partes relacionadas	Câmbio USD	269.908	17.962	22.453	26.944
Total exposição do Passivo		3.228.911	202.091	252.613	303.136
Exposição efeito líquido (resultado)			179.382	224.228	269.071

Exposição a riscos de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são mantidos, substancialmente, em operações compromissadas e CDB's. O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem quedas nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos. Nenhum dos equivalentes de caixa ou aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão expostos a risco de perda no valor original aplicado, por tanto, o risco mencionado refere-se apenas à redução em relação aos montantes dos rendimentos a serem auferidos sobre tais ativos.

Passivos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos relacionados a taxas de juros em função de debêntures e empréstimos e financiamentos contratados vinculados à Taxa DI. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos financeiros para a proteção contra a variação das taxas.

Análise de sensibilidade da exposição à taxa juros

Com base nas projeções de longo prazo do banco Bradesco, divulgado em 6 de fevereiro de 2025, a Companhia e suas controladas adotaram como cenário provável, a taxa DI estimada de 14,83% a.a., para 31 de dezembro de 2025 (Cenário atual taxa 11,77% a.a.). Os efeitos das variações deste índice projetado no resultado da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, foram efetuadas a partir da média ponderada dos contratos em aberto atrelados à Taxa DI, em três cenários. Cenário base, aumento de 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II e III, respectivamente.

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
CDI	Taxa DI	11,77%	14,83%	18,54%	22,25%

Em 31 de dezembro de 2024, a exposição da Companhia e suas controladas ocorrem em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Controladora

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivos expostos					
Empréstimos e financiamentos	Taxa DI	160.792	(23.845)	(29.806)	(35.768)
Debêntures	Taxa DI	204.213	(30.285)	(37.856)	(45.428)
Total exposição do Passivo		365.005	(54.130)	(67.662)	(81.196)
Exposição efeito líquido (resultado)			(54.130)	(67.662)	(81.196)

Consolidado

Operação	Risco	31/12/2024	Período até 31 de Dezembro de 2025		
		Cenário Atual % a.a.	Cenário Provável I	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Ativos expostos					
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	Taxa DI	398.461	59.092	73.865	88.638
Operações compromissadas	Taxa DI	96.435	14.301	17.876	21.452
Total exposição do Ativo		494.896	73.393	91.741	110.090
Passivos expostos					
Empréstimos e financiamentos	Taxa DI	374.133	(55.484)	(69.355)	(83.226)
Empréstimos e financiamentos	Taxa DI	82.107	(12.176)	(15.220)	(18.264)
Debêntures	Taxa DI	290.127	(43.026)	(53.783)	(64.539)
Total exposição do Passivo		746.367	(110.686)	(138.358)	(166.029)
Exposição efeito líquido (resultado)			(37.293)	(46.617)	(55.939)

iii. Gestão do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira do Grupo Andrade Gutierrez e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

iv. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas acompanham rigorosamente o cronograma físico e financeiro de cada obra, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e de utilizar-se do mecanismo de proteção à prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos antecipados aos clientes, buscando manter sempre uma gestão de exposição mínima com seus clientes.

A Companhia e suas controladas tem focado em maior seletividade de seus clientes, aumentando a participação da receita advinda dos clientes privados ou de clientes do setor público que a Companhia e suas controladas entendem possuir capacidade de geração independente de recursos, assim como participa em contratos em que os pagamentos são financiados por agências multilaterais, bancos comerciais dentre outras fontes de *funding* que mitiguem o risco de inadimplência do cliente e promovam previsibilidade do fluxo de caixa da Companhia. As perdas de crédito esperadas estão adequadamente cobertas por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

Historicamente, a Companhia e suas controladas tem recebido esses créditos mantidos junto aos seus clientes, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas, além dos já provisionados. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos.

30. PRINCIPAIS TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Conforme determinado pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia apresenta a seguir a relação das transações de investimento e financiamento ocorridas nos seis meses findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 que alteraram posições patrimoniais, porém, não afetaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aumento de capital nas investidas	(758.115)	20.335	-	19.593
Dividendos recebidos mediante transferência de créditos tributários	613.956	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão dos investimentos	322.437	7.431	322.437	7.431
Variações cambiais sobre os saldos de investimentos líquidos no exterior	(392.680)	112.116	(392.680)	112.116
IR e CSLL sobre as variações cambiais de investimentos no exterior	133.511	(38.120)	133.511	(38.120)
Outros resultados abrangentes	(62.228)	2.037	(62.228)	2.037
Financiamento de ativo fixo	-	-	41.812	12.028
	(143.119)	103.799	42.852	115.085

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Segmento Concessões

Em 22 de janeiro de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária a controlada indireta em conjunto SAAG aprovou a dissolução de pleno direito e a sua entrada em liquidação por prazo indeterminado, nos termos do artigo 206, inciso I, alínea “c”, da Lei das 6.404/76 e do artigo 34 do Estatuto Social, devendo na Liquidação ser apurado e realizado o ativo; identificado e pago o passivo; e, partilhado o eventual ativo remanescente entre os acionistas.

Segmento Engenharia

No primeiro trimestre de 2025, o grupo Andrade Gutierrez adicionou R\$ 1,5 bilhão em novas contratações à sua carteira de projetos ("backlog"), consolidando sua atuação em diferentes setores e regiões. Desse total, R\$ 900 milhões referem-se a projetos no setor de saneamento e R\$ 300 milhões ao setor de mineração, ambos no Brasil, enquanto R\$ 270 milhões correspondem a projetos de energia solar em Portugal.

Ricardo Coutinho de Sena
PRESIDENTE

Newton Brandão Ferraz Ramos
DIRETOR DE CONTROLADORIA

Phillip Teixeira de Lima
CRC-MG 105.294/O-4
CONTADOR RESPONSÁVEL